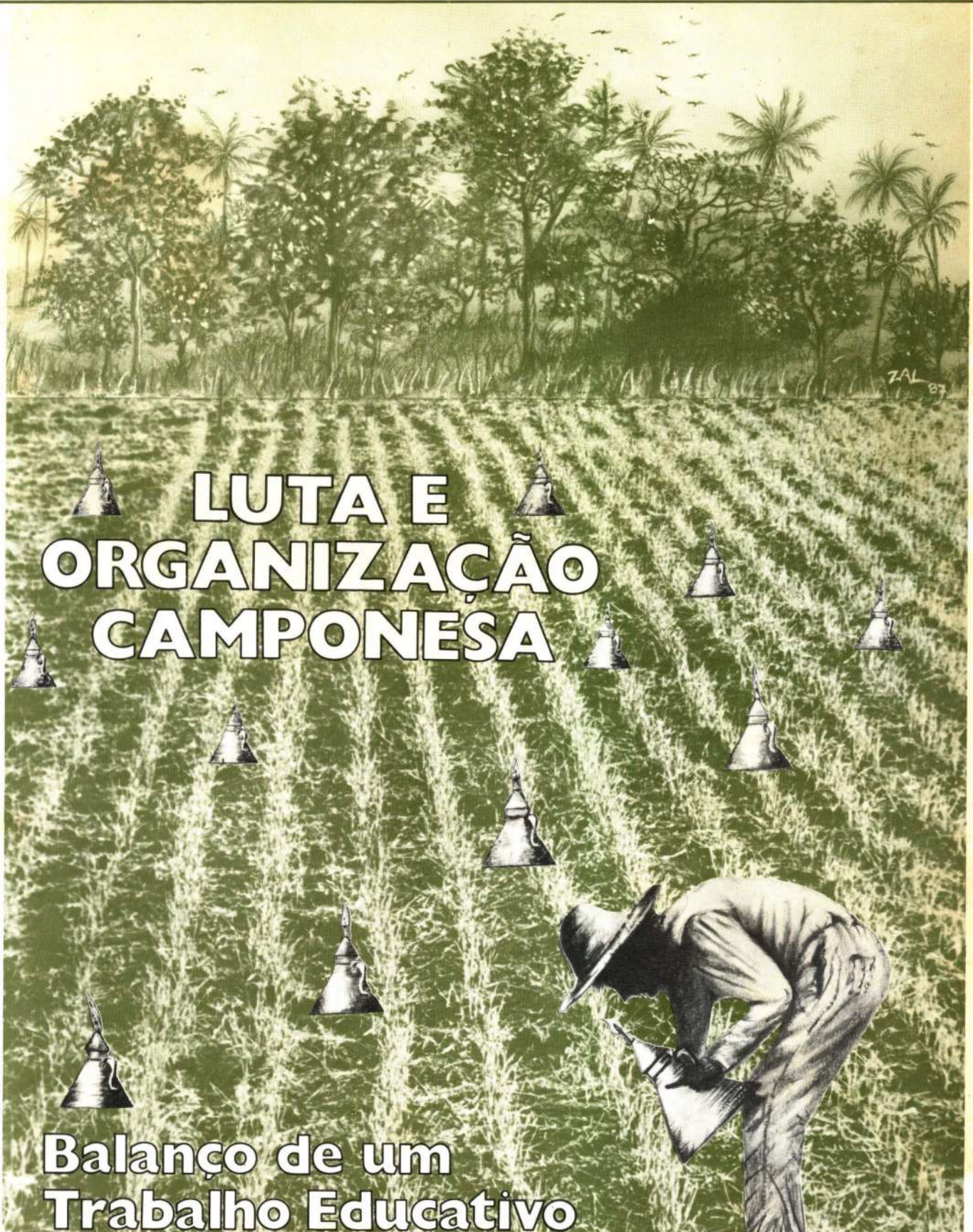




LUTA E ORGANIZAÇÃO CAMPONESA

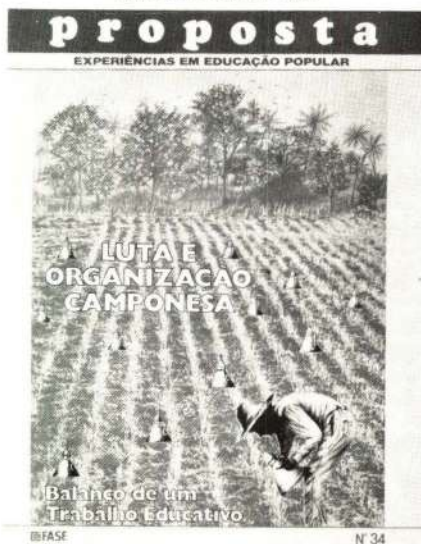
Balanco de um Trabalho Educativo

Sumário

Apresentação	1
Introdução	2
Quadro sócio-econômico da área	3
Caminhos e descaminhos de uma luta I	5
Saldos e impasses: uma primeira etapa	6
1977: um quadro geral da área	6
Lutas, vitórias, derrotas	7
Os impasses	8
Caminhos e descaminhos de uma luta II	9
Superando a crise: os passos fundamentais	9
Avaliação geral	10
Virando o jogo: uma questão de método	13
As lutas pela terra	19
Mutirões e cantinas comunitárias	21
A sindicalização das mulheres	26
A vitória da oposição sindical	29
Contribuir para a sindicalização política dos camponeses	32
<i>Maria Emília Lisboa Pacheco</i>	
Desafio para o educador	32
Resgatar a ideia do processo	33
Partindo da prática social	33
Concepção Organizativa	38

O relato da Luta e Organização Camponesa foi redigido por Leilah Landim Assumpção com a colaboração de Carlos Alberto Barros Bordalo, Conceição Trindade, Inocêncio Renato Gasparim, Lígia Constantino e Sérgio Galiza que como técnicos em educação da Equipe - FASE de Capanema participaram dessa experiência.

Proposta Nº 34
ANO XII - Junho 1987



Proposta: Experiências em Educação Popular é uma publicação trimestral da FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

Conselho Editorial

Jorge E. Saavedra Durão
Jean-Pierre Leroy
Carlos Minayo Gomez
Haroldo Baptista de Abreu
Maria Emília L. Pacheco

Coordenador Editorial

Alfons Klausmeyer

Editor de Arte
Gerardo Hanna

Arte

Marcelo Riani Marques

Fotografia

Equipe-Fase de Capanema, PA

Redação

Leilah Landim Assumpção

Revisão

Henrique de Souza Júnior

Datilografia

Cecy R. de Abreu
Elita V. de Paula

FASE

Rua das Palmeiras, 90/Botafogo
22270 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: 286-6797
Telex (021) 34201 FOAS BR

Direção Executiva da FASE:

Jorge Eduardo Saavedra (Diretor Coordenador Nacional); Jean-Pierre Leroy (Diretor Coordenador Nacional Adjunto); Virgílio Rosa Netto (Diretor Administrativo e Financeiro); Matheus Henricus Otterloo (Coordenador Reg. Norte); Antonio Acioli de Siqueira (Coordenador Reg. Nordeste); Lorenzo Zanetti (Coordenador Reg. Sudeste-Sul).

FASE NACIONAL

Rua das Palmeiras, 90
Botafogo
22270 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 286-6797

Av. Beira-Mar, 216/401
Castelo
20021 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 262-2158

FASE REGIONAL NORTE

Rua Bernal do Couto, 1329
66030 - Belém - PA
Tel.: (091) 222-0318

Tv. Pedro Pinheiro Paes, 330
68440 - Abaetetuba - PA
Tel.: (091) 751-1181

Av. Presidente Médici, 1992
68700 - Capanema - PA
Tel.: (091) 821-1716

Rua Valério Botelho de Andrade, 488
São Francisco
69063 - Manaus - AM
Tel.: (092) 234-6761

Rua Godofredo Viana, 945
65900 - Imperatriz - MA
Tel.: (098) 721-4474

Rua dos Afogados, 405 - Centro
65010 - São Luís - MA
Tel.: (098) 22-1175

FASE REGIONAL NORDESTE

Rua Cedro, 52
Casa Amarela
52071 - Recife - PE
Tel.: (081) 268-3242

Rua Professor João Bosco, 73
Parque Araxá
60430 - Fortaleza - CE
Tel.: (085) 223-4066

Rua João Severiano, 42 s/512-513
Edifício Breda
Centro
57020 - Maceió - AL

Rua Francisco Ferreira Silva, 115
Bairro de Fátima
45600 - Itabuna - BA
Tel.: (073) 211-4498

FASE REGIONAL SUDESTE/SUL

Av. Presidente Wilson, 113 - Conj. 1302
Castelo
20030 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 220-7198

Rua General Osório, 83 - salas 1306/7
29020 - Vitória - ES
Tel.: (027) 223-7436

Rua Loeftgren, 1651 - d/6
Vila Clementino
04040 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 549-3888

Rua Ana Ramos de Carvalho, 71
Nova Jaboticabal
14870 - Jaboticabal - SP

Rua Ana Gaspar Martins, 470
90220 - Porto Alegre - RS
Tel.: (051) 225-0787

Rua Municipal, 204
8770 - Vila Bela da Ssma. Trindade - MT

PROGRAMAS ANEXOS

Projeto Tecnologias Alternativas
Rua João Afonso, 60-A
22261 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 286-9641

Programa de Saúde
Rua Rui Barbosa, 200
55300 - Garanhuns - PE
Tel.: (081) 761-0941

Projeto Apoio Jurídico Popular
Av. Beira-Mar, 216/401
Castelo
20021 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 262-2158

Apresentação



F iéis ao propósito da revista, apresentamos aos nossos leitores um tema pouco abordado publicamente. Em muitos recantos do País, numerosas pessoas e entidades acompanham os trabalhadores rurais na caminhada rumo à sua afirmação e emancipação. E se as conquistas organizativas e as vitórias obtidas por eles na sua luta pela terra ou na resistência como pequenos produtores devem ser creditadas, em primeiro lugar, à sua consciência e à sua garra, não podemos deixar de reconhecer o lugar da assessoria educativa prestada ao campesinato e de refletir sobre a qualidade desta.

PROPOSTA focaliza aqui uma experiência de assessoria positiva, junto aos trabalhadores rurais de Nova Timboteua – PA, no seu processo de organização sindical.

Ao ler o relato da equipe, temos até a sensação de que a história é bonita demais. Entretanto, não de-

vemos esquecer que a equipe de educadores, para desenvolver seu trabalho, aproveitou-se de experiências desenvolvidas anteriormente, notadamente pela corrente sindical dos trabalhadores rurais de Santarém. Vale também ressaltar que o relato ordena os passos de uma história que não estava dada no começo. Essa história é aqui repensada e reconstruída **a posteriori**. As peças se encaixam de maneira aparentemente simples para o leitor. Mas este não deve esquecer quão difícil e delicada foi a arrumação do quebra-cabeça pelos trabalhadores rurais e a equipe.

O artigo de Maria Emília Lisboa Pacheco nos ajudará a compreender a complexidade dessa intervenção e nos lembrará, assim, que este relato não é uma receita. Cada história é única. Mas cada uma é enriquecida pela história dos outros.

Jean Pierre Leroy

Introdução

Esse trabalho é o relato de uma experiência localizada de luta de trabalhadores rurais: a que ocorreu no Município de Nova Timboteua, norte do Pará, entre meados de 1984 e 1986. É a história de uma luta que deu certo, de um processo de mobilização e organização que culminou com a derrota dos pelegos que, aliados aos setores dominantes locais, há mais de dez anos ocupavam a diretoria do Sindicato de Trabalhadores Rurais.

Como toda experiência, ela é ao mesmo tempo única e universal. Registrando-a em detalhes, pretendemos apresentar um material que sirva para pensar, em cima dos fatos que compõem a especificidade dessa pequena história, questões mais gerais colocadas hoje pela prática da educação popular e pelos caminhos dos movimentos sociais no campo.

Nenhuma narrativa é neutra, todas são feitas a partir de uma posição determinada. A que se segue tem como base uma sistematização elaborada pela equipe FASE-Capanema, onde se avalia tanto o processo de lutas como sua própria contribuição e inserção, enquanto grupo de agentes em educação popular, nesse movimento.

A FASE vem atuando nessa região desde 1977. A atual equipe, no entanto, assume os trabalhos somente em maio de 1984. Se as lutas dos trabalhadores rurais vinham se desenvolvendo há décadas, se a equipe anterior deixou um saldo importante, em termos de trabalho acumulado, a verdade é que no início de 84 o movimento encontrava-se às voltas com sérios impasses, traduzidos fundamentalmente numa estagnação, em termos organizativos e de capacidade de ampliação. A situação muda, dessa época para cá. Assistimos, no curto espaço de dois anos, a um processo de crescimento, de tomada de consciência, de aparecimento enquanto classe do conjunto de trabalhadores rurais na área.

Quais as razões dessa mudança? Qual o papel dos técnicos em educação popular nesse processo?

Quanto a isso, achamos fundamental ressaltar, no texto que se segue, os aspectos relacionados à metodologia de trabalho adotada pela equipe FASE-Capanema durante esse período. A questão das formas de organização é central, e a ela se liga a da formação dos trabalhadores. Permeia esse debate a visão de que esses processos – organização e formação – vinculam-se necessariamente às práticas concretas de lutas. Devem-se subordinar, igualmente, à variedade de situações realmente encontradas no seio da categoria: a intervenção deve ser diferenciada.

Nem “basismo”, nem “vanguardismo”: a eterna discussão da postura do agente externo é também trazida à tona e enriquecida no bojo dessa narrativa.

Importante, nessa experiência, é a consideração de algumas iniciativas dos trabalhadores organizados, como é o caso da luta pela sindicalização das mulheres, das ocupações de terra, das cantinas comunitárias e, finalmente, da conquista do sindicato, como um grande desfecho desse período da luta que pretendemos mostrar.

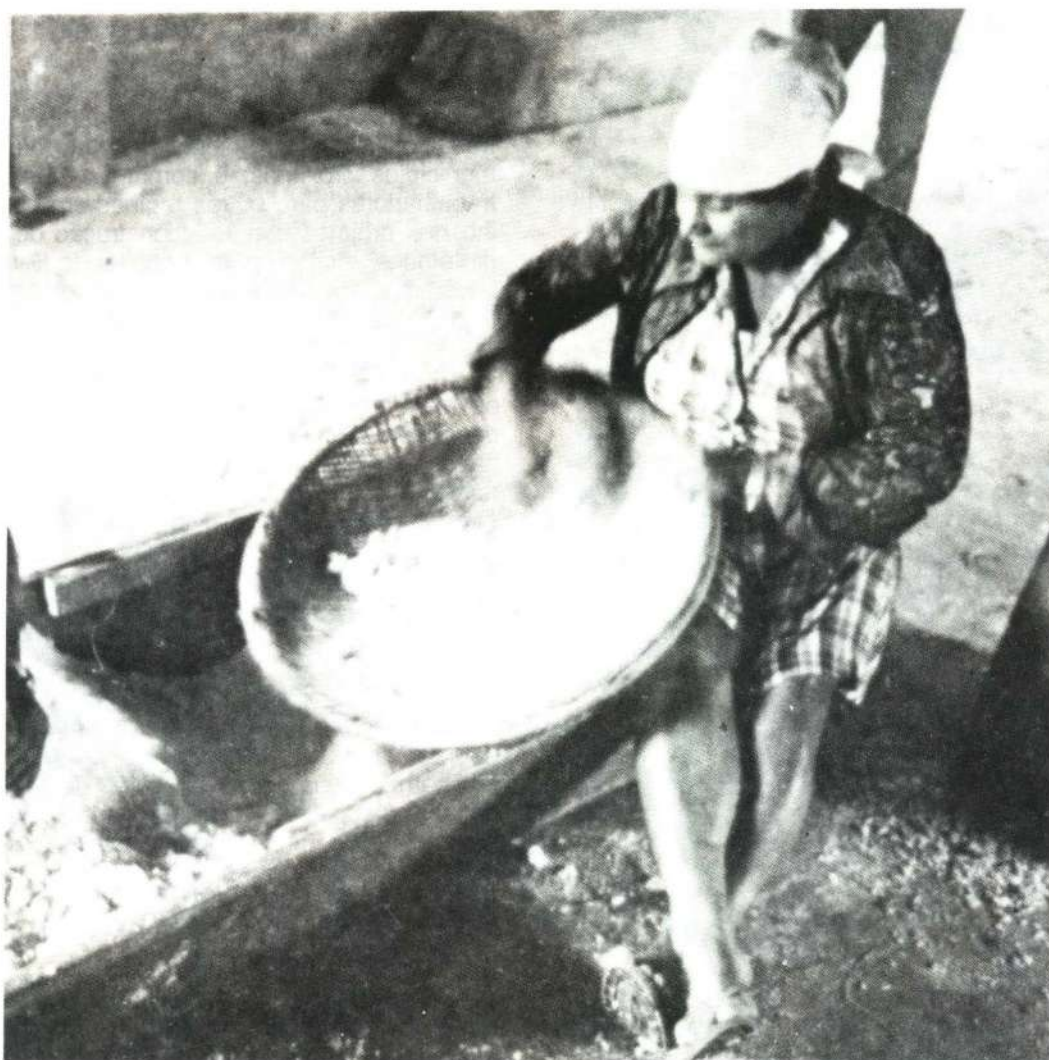
Vale assinalar que não se trata aqui de uma experiência centrada apenas na construção de uma oposição sindical. Ao contrário, a equipe pretende quebrar uma certa tradição que tem restringido os esforços de organização dos trabalhadores às épocas de eleição do seu órgão de classe. O objetivo principal em todo esse processo de atuação junto ao movimento é contribuir para a criação de espaços organizativos mais permanentes, capazes de abarcar e unificar todo um conjunto de lutas levadas a cabo pelos trabalhadores, no seu dia-a-dia. Lutas que se apresentam dispersas mas que são, por sua natureza, profundamente articuladas entre si.

A Equipe FASE/Capanema acredita que acertou. Acredita que pôde contribuir positivamente nesse processo de crescimento do movimento de trabalhadores rurais em Nova Timboteua. Os “segredos” dessa atuação é o que se pretende socializar e discutir aqui, na certeza de que não se faz luta social com receita de bolo, mas de que, por outro lado, há princípios da prática educativa cuja divulgação e debate podem servir a outras experiências análogas que se dão, espalhadas pelo País. As lutas no campo, mais do que quaisquer outras, caracterizam-se pela dispersão e pelo isolamento. O relato a seguir constitui-se numa oportunidade de fomentar a troca de experiências com outros grupos, com outros companheiros de regiões diversas, de tal forma que se possam encontrar alternativas cada vez mais consistentes para a construção da organização autônoma dos trabalhadores.

Finalmente, vale lembrar que sempre é importante registrar a história dos setores dominados da população brasileira, principalmente na versão daqueles que estão mais próximos de sua existência cotidiana.

Essa não é uma experiência acabada, muito pelo contrário. É apenas um momento de um processo muito mais amplo de organização, de lutas, de conquistas. Se alguns problemas foram satisfatoriamente enfrentados, surgiram para nós outros desafios, de nova qualidade. A intervenção educativa é também um processo em movimento, onde os métodos de atuação se renovam e estão sempre sendo reavaliados e recriados.

Quadro sócio-econômico da área



Nova Timboteua é um pequeno município com 9.998 habitantes, dos quais 6.650 encontram-se na área rural, e está situado numa região essencialmente agrícola. Povoador inicialmente por migrantes oriundos dos Estados do Nordeste do País, através de projetos oficiais de colonização nas primeiras décadas deste século, este município integra a região Salgado-Bragantina que, até os anos 70 (quando se intensifica o processo de expansão da fronteira agrícola da Amazônia), era a mais densamente povoada no Estado do Pará.

A tendência à concentração fundiária, fenômeno que se observa nas várias regiões do Brasil, também se faz presente nesta área. Enquanto 59,7% dos estabelecimentos agrícolas com menos de 10ha ocupam 3,4% da área, 3% dos estabelecimentos de 100 a 10.000ha ocupam 40,6% da área. É de se notar, no entanto, que o grupo de área de 10 a menos de 100ha ainda representa um percentual expressivo: 37,3% dos

estabelecimentos ocupam 56,0% da área. Esta particularidade, em relação às outras regiões da Amazônia, encontra sua explicação em dois aspectos: primeiro, no fato de que o processo de colonização fundamentou-se inicialmente na distribuição, pelo Estado, de lotes de 25ha para as famílias de migrantes, os chamados **colonos**. Em segundo lugar, porque o processo de desenvolvimento capitalista nesta região está se dando no sentido clássico, ou seja, no sentido da utilização produtiva da terra pela implantação sobretudo de médias empresas agrícolas, substituindo as pequenas explorações produtoras de alimentos. Embora sejam propriedades pequenas em termos de área ocupada, são grandes quanto à magnitude de sua produção e vêm sendo transformadas pelo capital em explorações intensivas. Esta é a região para a qual vêm se dirigindo empresários japoneses para a implantação de produtos de exportação como a pimenta-do-reino, o mamão "Havai". Não significa, no entanto, a inexistência de terras inexploradas. Os últimos dados



de que dispomos indicam que, em 1982, a safra dos principais produtos agrícolas foi colhida em 9.397ha, enquanto a área total dos estabelecimentos agropecuários é de 24.626ha, o que evidencia que parte da terra agricultável não é utilizada. Cabe insistir, no entanto, que o fenômeno do "fechamento da fronteira agrícola" nesta área não vem ocorrendo sobretudo no sentido de "fora para dentro", ou seja, onde a terra como meio de produção passa a plano secundário, frente às funções de "reserva de valor" e meio de acesso a outras formas de riqueza a ela associadas, como as madeiras de lei, recursos minerais, crédito farto e fácil e aos benefícios fiscais, fenômeno este que explica grande parte dos conflitos fundiários que vêm ocorrendo na Amazônia, sobretudo desde os anos 70.

A implantação das empresas capitalistas na região já encontrou uma economia camponesa em decadência. Muitas vezes, a oferta de dinheiro pela compra de uma terra, dadas as condições prevalecentes de produção, representou e representa para os camponeses a expectativa de melhores condições de vida na cidade ou a expectativa de ter um emprego assegurado, pois em vários casos continuam no muni-

cípio, vendendo sua força de trabalho na empresa onde outrora encontravam-se como camponeses.

Há um processo de proletarianização em curso na área. Embora a maioria dos pequenos produtores não se encontre totalmente despossuída de seu meio de produção fundamental – a terra – em sua trajetória social são recorrentes os casos de produtores que venderam ou vendem, eventualmente, sua força de trabalho. Dado o incipiente mercado de trabalho nos municípios próximos, é comum o deslocamento de trabalhadores para outras regiões em busca de trabalho nos projetos estatais (construção de estradas, hidrelétricas, etc.) ou para a capital do Estado, onde se dedicam a atividades urbanas do mercado informal de trabalho, ou ainda para os garimpos da Amazônia.

Sem acesso ao crédito oficial, trabalhando com os mais rudimentares instrumentos de trabalho, que dependem fundamentalmente da força humana (não há sequer instrumento de tração animal), cultivando terras já exploradas há quase um século, cuja fertilidade natural já está modificada, enfrentando inúmeras dificuldades para o escoamento da produção dadas as péssimas condições das estradas, submetidos à exploração do capital comercial e usurário, estes camponeses pauperizados encontram-se no limite da sobrevivência.

Plantam em média 0,6ha de mandioca, o principal produto da economia camponesa na região e dela fabricam a farinha de mandioca, um dos itens mais importantes de sua dieta alimentar. Em termos de quantidade de farinha produzida por ano, o total em média para a grande maioria dos camponeses não ultrapassa de 30 sacos de 60kg. Além da mandioca, o milho e o feijão são também cultivados em reduzidíssima escala.

Com um baixíssimo nível de renda auferido diretamente no trabalho agrícola, o trabalho assalariado eventual e o endividamento junto aos representantes do capital comercial e usurário, sobretudo para fazer face às necessidades de despesas com as doenças na família, constituem, assim, pressupostos da sua produção e da sua reprodução enquanto camponeses. Esta privação parcial dos meios de subsistência, para sua preservação enquanto produtor autônomo, impõe-lhe uma relação com o capital comercial e usurário que se defronta com o produtor antes mesmo que se efetue o processo de produção. Não dispondo de um fundo de reserva que lhe possibilite aguardar a safra e usufruir melhores condições de preço, o camponês recorre ao mecanismo de venda antecipada da produção, que nesta região é conhecido como "venda na folha".

São estes mesmos agentes representantes do capital comercial e usurário na região que muitas vezes detêm o poder político local, que vêm dando, no correr dos anos, suporte político e ideológico para a perpetuação da direção sindical conservadora e descomprometida com os interesses de classe dos trabalhadores rurais do município.

Caminhos e descaminhos de uma luta I

De meados da década de 70 até hoje, foram enormes os avanços, em organização e consciência, das lutas no campo. Essa região do Pará não foge à regra. Relatamos abaixo a trajetória de um movimento, partindo dos marcos dados pela nossa entrada na área, enquanto equipe de intervenção educativa, em 1984.

Uma avaliação inicial das lutas anteriores e da atuação da equipe da FASE que nos precedeu é ponto de partida fundamental e necessário para que se conheçam os caminhos percorridos.



Saldos e impasses: uma primeira etapa

1977: um quadro geral da área



Embora a FASE atuasse na região Salgado-Bragantina desde 1970, somente em 1977 inicia um trabalho no município de Nova Timboteua. A forma como entra na área já expressa muito das características que marcarão nos anos seguintes o seu trabalho. Conforme versão de um membro da equipe na época, o pároco do município aderira a uma atuação pastoral mais libertadora. "Considerando a necessidade de atingir mais e melhor as categorias mais oprimidas da paróquia, com mais dois sacerdotes (de Santo Antônio do Tauá e Curuçá) fizeram um convênio com a FASE para um trabalho conjunto." A ligação com a Igreja (com a chamada Igreja Popular) foi um pano de fundo da atuação da equipe durante todo um período.

Antes de prosseguirmos com o balanço dessa atuação, é interessante tentarmos situar a FASE dentro do quadro institucional da área, ou seja, dentro do quadro dos agentes "externos" e instituições com os quais os camponeses do município entram em contato e podem estabelecer relações diversas. Quanto a isso, a situação vivida tradicionalmente pelos trabalhadores de Nova Timboteua é um exemplo típico, se não radicalizado, da realidade encontrada em grande parte do campo brasileiro: o isolamento, a não-cidadania, a ausência de canais de participação e de comunicação com a sociedade abrangente. Esse contexto específico tem que ser levado em conta para avaliarmos o peso relativo da atuação de uma instituição como a FASE, certamente maior do que em outras situações onde a organização da sociedade civil é mais consistente, como nos centros urbanos.

Vejamos, em primeiro lugar, a situação do movimento sindical no município, durante esse período. O quadro era o de um Sindicato de Trabalhadores Rurais profundamente inoperante e comprometido com os interesses de grandes proprietários, de políticos da situação, de comerciantes. Além disso, era um organismo que servia como meio de vida e cabide de empregos. O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Nova Timboteua foi fundado em 1972, por iniciativa do prefeito da época (da ARENA), dentro da política de implementação de convênio com o FUNRURAL, que, como se sabe, foi estratégia governamental no sentido

da promoção de um sindicalismo assistencialista e despolitizado. Essas características marcariam a atuação sindical, sem solução de continuidade, até a vitória da oposição em 1985.

Quanto a partidos políticos, a equipe da FASE encontra no município o total predomínio da ARENA, à qual pertenciam as figuras mais "destacadas" da sociedade local, sobretudo os comerciantes melhor estabelecidos. Muitos lavradores filiavam-se a esse partido e a ele davam seu voto, na melhor tradição clientelística. Basta dizer que, nas eleições de 1978, o MDB obteve apenas 78 votos em todo o município. A partir de 1981 surge a "Tendência Popular do PMDB" com uma alternativa de voto e participação partidária de oposição ao PDS, mudando um pouco o quadro monolítico anterior. O espaço partidário, no entanto, como era de se esperar, não se constituiu em alternativa mais consistente de **Participação e de organização para os camponeses, durante esse período que estamos analisando, da entrada e atuação da primeira equipe da FASE na área.**

A presença do Estado, por sua vez, não se colocava de maneira direta e visível, para grande parte dos trabalhadores rurais, excluídos como objeto de políticas creditícias, fundiárias, de preços, etc.

Finalmente as Igrejas, instituições que efetivamente congregam e exercem influência sobre a massa dos trabalhadores rurais. A paróquia católica de Nova Timboteua beira os 30 anos de existência, e a Igreja Evangélica Pentecostal Assembléia de Deus atua no município há cerca de 20 anos. É inegável que as Igrejas e os agentes religiosos constituem-se em referencial importante para os trabalhadores, em certas áreas da sua vida e sob formas específicas que mereceriam ser melhor examinadas.

Resta mencionar, como formas associativas tradicionalmente existentes, espalhadas pelo interior, os clubes de futebol. É interessante observar que, embora os clubes existissem, não havia campeonatos entre eles. (Somente em 1986, por iniciativa do Sindicato de Trabalhadores Rurais, a prática dos campeonatos seria iniciada.)

Lutas, vitórias, derrotas

Os trabalhadores nunca deixaram de travar suas lutas de resistência à expropriação e às más condições de trabalho que lhes são impostas. Essa é uma história não contada, ou má contada: a das reações do dia-a-dia contra situações de opressão, através de movimentos mais organizados ou mais espontâneos e imediatos, isolados ou mais generalizados, individualizados ou coletivos, com formas de consciência diferenciadas... É a história "invisível" das lutas sociais, mais escondida e não registrada ainda quando seus atores são trabalhadores rurais, os marginalizados por excelência.

Qualquer trabalho de intervenção social vai-se fazer em cima dessa experiência acumulada do grupo, com seus saldos negativos ou positivos. Infelizmente não temos um registro e uma avaliação mais completos da história passada de lutas e conflitos na área.

Já durante o período de atuação da primeira equipe da FASE no município, ocorreram algumas lutas de resistência contra a expulsão da terra pelos grileiros. Delas têm saído lideranças e trabalhadores que se engajam em outros movimentos, como o sindical.

A questão da saúde é evidentemente crítica para esses setores da população, e lutas nesse sentido também começaram a surgir, nesse período, com um caráter reivindicativo, dirigido aos serviços públicos. Com relação ao sindicato, a luta pela distribuição efetiva das guias de atendimento médico a todos os trabalhadores, combatendo as relações de clientelismo, foi um movimento importante.

Assessorados pela equipe da FASE, os trabalhadores começaram a implementar, também, algumas formas organizativas de resistência econômica. Criou-se a primeira cantina comunitária, espécie de associação de compra e venda que libera os trabalhadores da eterna dependência aos comerciantes locais. Os "mutirões" – formas de trabalho agrícola em comum – começam a ser valorizados nesse período. Essas atividades de cunho econômico têm, obviamente, desdobramentos a outros níveis de ordem mais propriamente política, e serão retomadas mais adiante.

Esses poucos exemplos servem para se ter uma idéia do clima vivido pelos trabalhadores na área, nesse período de finais da década de 70 e inícios de 80: um recrudescimento de lutas pela terra, de lutas de resistência às pressões dos grandes proprietários, comerciantes e grileiros da região, de lutas pela melhoria das condições de vida. Conflitos, pequenos grupos mobilizados em torno dessas questões, surgem aqui e ali, pelo município.

Ao lado disso, desenrolava-se a luta da oposição sindical. Por duas vezes consecutivas, viram-se derrotados os esforços de tomada da diretoria do Sindicato por um grupo de trabalhadores que se ligava às lutas de sua categoria e se firmava enquanto oposição aos setores dominantes locais. Foram duas as eleições em que os lavradores enfrentaram os pelegos do sindicato e seus aliados: 1979 e 1982. Duas derrotas cujo pano de fundo, como normalmente acontece no campo, foram a violência e a corrupção mais grosseiras. Os trabalhadores ainda não estavam organizados o suficiente para enfrentarem com sucesso esse tipo de tática usada pelos seus opositores, na realidade todos os setores dominantes locais, defendidos pelo aparato policial e judiciário do Estado.

A intervenção educativa da FASE deu-se no interior de todo esse quadro de lutas, visando fundamentalmente à formação das lideranças surgidas no movimento e à grupalização dos lavradores, em torno das lutas travadas no município. Como fruto desse trabalho, surgiu o Movimento Lavradores Unidos, com o objetivo de aglutinar não só os próprios lavradores,



como também suas mulheres e filhos. O eixo central do Movimento era o trabalho sindical, tendo-se criado uma equipe de educação nesse sentido, composta de sete trabalhadores. Sua função era a de realizar o trabalho nas bases, dividindo-se seus elementos em quatro áreas, com o objetivo de fundar delegacias sindicais em três delas e de revitalizar uma quarta já existente, funcionando com as práticas tradicionais do sindicalismo descomprometido, ou seja, existindo apenas para fornecer guias de atendimento no FUNRURAL e receber mensalidades.

Como se vê, os esforços da equipe de educação popular centraram-se na construção de um sindicato combativo, visto como a organização básica e funda-

mental para a condução das lutas dos trabalhadores do município. Essa conquista, no entanto, não se mostrou fácil exatamente por isso: manter o controle da entidade sindical é ponto central, na estratégia de dominação sobre os trabalhadores, construída localmente. Se, por um lado, todos esses anos de trabalho pela construção de uma oposição certamente trouxeram saldos importantes para a mudança de consciência e a organização dos trabalhadores, por outro lado as derrotas sofridas tiveram um efeito desmobilizador a curto prazo. No final de 1983, o movimento de trabalhadores em Nova Timboteua encontrava-se envolvido com uma série de impasses, e com ele também os agentes da FASE.

Os impasses

O trabalho de intervenção educativa, durante esse período, caracterizou-se por dois tipos de atividades: a grupalização e a formação de quadros. O saldo desse trabalho, em finais de 1983, pode-se resumir da seguinte forma:

- a) A existência, na região, de vários grupos de reflexão e ação com diferentes composições, orientados por diferentes objetivos específicos e dispersos nas diferentes comunidades de atuação da FASE e da Pastoral (Comissões de terra, grupos jovens, de mulheres, de catequese, etc.).
- b) Grupos de lideranças que vinham cultivando a prática do estudo e da avaliação passando pelas duas eleições sindicais, o que lhes facultava o conhecimento de informações básicas importantes para a continuação do trabalho sindical.
- c) A capacidade de reunir periodicamente cerca de 40 lavradores vindos de todo o município, para discussão de propostas de trabalho, intervenções nas assembleias sindicais, mobilizações em datas como o Dia do Trabalhador Rural, 1º de Maio, etc.
- d) O incentivo e desenvolvimento de alguns mecanismos tradicionais de resistência econômica, como os mutirões e o início da implantação das cantinas comunitárias.

No entanto, por essa época, a mesma preocupação começava a ser expressa tanto por camponeses como por agentes da FASE e da Pastoral: por que o trabalho por eles desenvolvido não estava crescendo? Nos termos em que os agentes colocavam as questões: "o trabalho não conseguiu ampliar para além dos seus núcleos combativos; e não foi falta de encontros ou articulações – os camponeses foram lançados até no CONCLAT..." Ou então, mais incisivamente, nas palavras de um agente de pastoral: "nosso trabalho

está esfacelado, não penetrou na massa". Ou ainda: "temos aqui grupos de mulheres, de agricultores, etc., mas são grupos funcionando em separado; alguns começam a entrar em estagnação". Entre os lavradores também se encontrava presente a preocupação com o crescimento do movimento. Já num encontro realizado em janeiro de 83, colocavam na pauta para debate dois pontos: "como crescer o movimento" e "necessidade de pensar sobre uma coordenação atuante para o movimento".

Exemplos da fragilidade da organização conseguida davam-se sobretudo em situações de confronto com a diretoria sindical. Lê-se num relatório elaborado nessa época pela equipe de agentes, a respeito da atuação do grupo de lideranças considerado então como o mais combativo: "Esse grupo é realmente aceito pela massa: não só pelo discurso que é convincente, mas por toda a história de compromisso deles com os companheiros. Sempre têm marcado sua presença nas lutas sindicais, nos conflitos de terra, na busca de melhoria no campo da saúde. Nas assembleias sindicais apresentam posições que são bem aceitas, realmente; **só que às vezes faltam-lhes garra ou táticas para fazê-las prevalecer ante os manobristas da diretoria pelega. Já aconteceu que a oposição, tendo maioria, não conseguiu fazer prevalecer suas reivindicações.**" Outro exemplo importante, pela significação que adquiriu num determinado momento, foi o da expulsão de 31 sócios do sindicato, por manobras da diretoria – obviamente, 31 camponeses com atuação na oposição sindical. O movimento que se fez para reintegrá-los à entidade não deu resultado, sendo que a maioria dos trabalhadores expulsos dispersou-se, abandonando o cotidiano das lutas.

Essas derrotas atestaram a crise de crescimento do movimento de trabalhadores na área. Ao mesmo tempo, cada uma delas repercutia de forma negativa sobre os ânimos dos lavradores.

Caminhos e descaminhos de uma luta II



Superando a crise: os passos fundamentais

A equipe de intervenção educativa na área passou por um processo de recomposição, concluído em maio de 1984. Dessa data em diante, iniciamos, enquanto grupo, uma nova etapa do trabalho, partindo dos saldos e impasses que descrevemos acima, bem como das experiências anteriores vividas pelos técnicos no campo da educação popular. Contamos com os seguintes membros: uma técnica remanescente da equipe anterior, religiosa, presente na região desde o início do trabalho da FASE; um técnico paraense vindo de experiência anterior como Agente de Pastoral em Belém, onde desenvolvia atividades de organização comunitária em bairros populares; uma técnica de origem portuguesa com experiência de trabalho junto a cooperativas de produção em Portugal e de educação alternativa na Guiné; um técnico paraense com larga experiência em trabalho popular em Belém.

Começamos por uma avaliação dos caminhos percorridos pelo trabalho, até 1984.

Avaliação geral

Podemos resumir a crise de crescimento a que chegou o trabalho da equipe anterior nos seguintes termos: houve uma certa ineficácia, no que se refere à produção de saldos organizativos duradouros. Embora houvesse algumas lutas, estavam marcadas pela fragmentação e pelo isolamento. Algumas características desse trabalho de intervenção educativa podem ser explicitadas no sentido de entendermos melhor a redefinição dos caminhos feita por nós, a partir de 1984.

● **CARÊNCIA DE UNIFICAÇÃO** – Uma característica tradicional às lutas camponesas é a sua tendência ao isolamento e à atomização. Por um lado, as próprias condições econômicas de existência desses setores sociais contribuem para isso, na medida em que seu processo de trabalho é realizado de forma individualizada, em cada unidade familiar de produção. As grandes distâncias, o isolamento cultural, a falta de canais de comunicação e informação, são fatores que agravam ainda mais essa fragmentação das lutas, num país como o nosso. Isso ocorre mesmo nos casos em que o trabalho atinge formas socializadas, como nas unidades de produção que utilizam o trabalho assalariado. Numa região como Nova Timboteua, essas unidades se acham fragmentadas, empregando cada uma quantidades relativamente pequenas de mão-de-obra. Além disso, como já se disse, a própria origem camponesa dos assalariados rurais, o caráter intermitente e sazonal que frequentemente assume essa sua atividade, contribuem para que sua identidade social seja ambígua, seja difusa, e para que as lutas e conflitos em que se envolvem assumam o mesmo caráter. O acúmulo de experiências, nesse caso, não está dado espontaneamente, e a tendência natural é a dispersão. Acrescente-se a esses fatores aqueles relacionados ao tipo de capitalismo vivido no Brasil, onde a tradição autoritária, a miséria, a falta de tempo dos trabalhadores para si mesmos, o desemprego, a batalha pela sobrevivência, as formas sofisticadas e violentas de imposição da ideologia dominante, tudo isso cria enormes obstáculos para uma organização mais consciente dos setores dominados da população.

O quadro é mesmo negativo. E evidencia, com clareza, as tarefas e as funções que pode assumir um trabalho de educação popular. Na nossa avaliação, a atuação da equipe da FASE, até 1984, não conseguiu superar o caráter isolado das lutas no município, com uma definição mais clara de um eixo central capaz de unificar esse conjunto naturalmente disperso. Podemos perceber em relatórios então elaborados que havia uma preocupação em rever os métodos de trabalho; no entanto, não havia clareza sobre os rumos a serem tomados pelo trabalho. “A gente fica angustiada com a mudança, mas não sabe como avançar; a gente não sabe bem o que quer”, declarava um agente, na época.

Um exemplo pode ajudar-nos a esclarecer essa avaliação. Trata-se das propostas saídas de uma reunião de lideranças do município, lideranças essas representantes dos diferentes grupos de terra, de catequese, de mulheres, etc. Resumidamente, foram:

- formar grupinhos e esclarecer os companheiros para formar um grupão;
- convidar mais companheiros para discutir a realidade; as pessoas que estão mais seguras devem procurar esclarecer as menos seguras;
- descobrir no outro a necessidade de se organizar e lutar por seus direitos;
- participar das reuniões;
- entrosamento com outros movimentos;
- conquistar o apoio do povo;
- buscar solidariedade e confiança uns nos outros.”

Como se vê, não há referência a lutas concretas, a prioridades, a objetivos políticos mediatos ou imediatos das lutas. A concepção subjacente parece ser de que a soma dos diferentes grupos “solidários” é suficiente para fazer “crescer o movimento”, ou, em outros termos, para gerar um movimento de massas. O objetivo da “grupalização” acabava sendo a própria grupalização.

Acreditamos, então, que o grande problema aí foi o da ausência de bandeiras unificadoras que pudessem servir como referência para o conjunto dos trabalhadores organizados dispersamente pelo município. Não se trata, evidentemente, de tirar propostas do bolso do colete, mas sim partir de bandeiras nascidas da discussão, do levantamento, da investigação criteriosa feita com a colaboração da equipe, capazes de juntar tudo aquilo que existia de forma bastante dispersa.

● **FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS: PROBLEMAS.** Retomando o que foi colocado acima, não podemos deixar de considerar que o trabalho sindical constituiu-se numa espécie de eixo privilegiado pela atuação da equipe. Apesar dos esforços concentrados nessa luta, como já foi colocado, os impasses de seu desdobramento eram claros, após a segunda derrota eleitoral da oposição. Para nós, reflete-se aí um ponto não resolvido satisfatoriamente pelos agentes de intervenção na área: a formação de lideranças. Embora a conquista do sindicato estivesse claramente no horizonte das lideranças camponesas, a tradução dessa preocupação em termos de uma política de massas, de uma política que ampliasse para o resto da categoria, parecia não existir. O mesmo se dava quanto às demais lutas travadas.

Partimos da consideração de que em qualquer lugar onde já existam movimentos sociais de resistên-

cia a formas diversas de exploração e dominação – seja em povoados rurais, em bairros populares, em empresas, como é o caso dos municípios dessa região – faz falta uma organização dos seus elementos mais avançados que possa ajudar a população local a sistematizar suas experiências, a formular de modo menos imediato seus interesses e propostas de ação, a vincular uma prática local com outros movimentos. Cabe, nesse processo, uma grande contribuição a ser dada pela educação popular.

Havia, certamente, por parte de alguns dos antigos membros da equipe, uma preocupação com a formação política de algumas lideranças, ou com um trabalho que poderia ser chamado de formação de quadros.

Utilizava-se, no entanto, um método de trabalho de formação que acabava por afastar os trabalhadores mais conscientes do resto da massa, na medida em que essa consciência não se traduzia em propostas

concretas, em um processo de caminhada de modo mais enraizado no conjunto da categoria, de modo mais próximo à consciência efetiva do resto dos companheiros.

Além disso, a formação não se assentava sobre as contradições reais vividas pelo campesinato da área, como o processo de pauperização crescente e sua subordinação ao capital usurário e comercial.

• **CONFUSÃO DE ESPAÇOS: A IGREJA E O MOVIMENTO.** Conforme já mencionamos, a FASE desenvolve seu trabalho em Nova Timboteua, durante todo esse primeiro período, de forma profundamente ligada à atuação da Pastoral católica. Muitos grupos de trabalhadores que se constituíram enquanto tais, nesse período, nasceram ao redor de reflexões bíblicas incentivadas por essa Igreja. As lideranças mais atuantes surgidas nessa época demonstravam fortes ligações com a Pastoral e tiveram sua origem enquanto militantes no espaço eclesial.

Depoimento



Um Trabalhador Cristão na Luta Sindical

“É. O fato de ser cristão para mim é importante pelo seguinte motivo: o cristão sempre precisa aumentar a sua fé e ele é um sonhador, com um mundo mais justo e mais fraterno, uma sociedade igualitária. Isso anima o cristão, não é? Na sua caminhada... porque eu acho que a Igreja não deve se preocupar não somente com a situação espiritual, mas também deve se preocupar com a situação do homem na face da terra. Foi através da Igreja aqui em Timboteua que a gente, nós os cristãos, fomos

tomando conhecimento, vendo a importância da participação na política sindical. Foi uma escola para nós. E por esse motivo nós fomos para a luta sindical, voltando para alimentar nossa fé. Já para a luta sindical, sofremos várias derrotas, mas sempre com aquela certeza que um dia seríamos vitoriosos... Se eu não fosse assim cristão, não me sentisse assim cristão, talvez eu não tivesse saído para essa luta sindical. Saí mais com o desejo de transformar a sociedade... É como a gente vai fa-

zer um roçado. Precisa do terço (o facão), precisa da enxada, também precisa do machado, para transformar o mato em legume pra o alimento da Nação. O nosso alimento, da nossa família, de todos os brasileiros. Assim também pra transformar a Sociedade, precisamos dessas três ferramentas: a comunidade eclesial, o sindicato e a política partidária.”

Em que pese a enorme importância do trabalho desenvolvido por uma Pastoral libertadora, profundamente comprometida com as lutas populares na região, acreditamos, no entanto, que uma certa confusão de identidades existente entre esse trabalho e a atuação da equipe da FASE acarretou prejuízos para a organização dos lavradores e o desenrolar das lutas.

O forte engajamento do vigário local e das freiras nas atividades organizativas, lado a lado aos agentes de intervenção educativa, projetou para os camponeses uma imagem que confundia o espaço da Igreja com o espaço das lutas. Acreditamos que a luta dos trabalhadores se dá em diversos espaços, inclusive no da Igreja, mas de forma alguma ela pode se reduzir a esse espaço, muito menos confundir-se totalmente com ele. O trabalho desenvolvido a partir de um quadro institucional como o da FASE não é da mesma qualidade, não deve ter as mesmas características que a atuação de uma instituição religiosa. Podem-se juntar nas lutas, mas nunca se confundir.

Assim, por exemplo, era visível a confusão que se estabelecia para os lavradores, na medida em que nas reuniões e assembléias misturavam-se avisos de atividades próprias da Igreja com avisos de reuniões sindicais, ou de outras lutas gerais. O então chamado "movimento de lavradores de Nova Timboteua" era evidentemente entendido pela grande massa como sendo o "movimento do padre". E isso afastava, ou ao menos não atraía, parcelas enormes da massa: os protestantes estavam de fora, os que não freqüentavam a Igreja, que se movimentam ao redor dos times de futebol, ao redor dos botecos no fim de semana, estavam afastados do movimento.

Os problemas apontados acima quanto à formação de lideranças certamente vinculam-se de alguma forma a essa confusão de espaços. Tanto a tendência ao isolamento, como uma certa heterogeneidade encontrada nos grupos de lideranças, quanto ao nível de consciência dos seus problemas, podem ser de certo modo reflexos dessa atuação confundida.

● ESPONTANEÍSMO E VANGUARDISMO. A discussão sobre esses dois "desvios", na prática de agentes externos junto a movimentos populares, é antiga. Já fez rolar muita tinta e já serviu de pretexto para muita briga e acusação. Continua, no entanto, na ordem do dia, colocada a cada momento da prática política e educativa: como evitar cair em um ou em outro desses extremos?

Esse é o último ponto que queremos ressaltar, na avaliação do trabalho da equipe anterior. Acreditamos que, subjacente a alguns dos problemas apontados anteriormente, existia uma prática essencialmente espontaneísta, que parte do princípio de que "o povo sabe", basta darmos espaço para que se exercite a sua voz e o movimento surgirá e crescerá. O papel do agente é apenas o de animar esse processo, sistematizar esse saber já existente, etc. São concepções por demais conhecidas de todos aqueles que trabalham na área de educação popular. Encontramos nesse trabalho anterior uma constante preocupação expressa em termos de "deixar o povo falar", de "não influir", de não dirigir as lutas, de não influenciar diretamente nas propostas de organização, o que gerou uma série de impasses no movimento.



Achamos, ao contrário, que o povo tem que de certa forma “aprender a fazer” – e desenvolveremos isso mais adiante. Além de não aceitarmos esse “saber popular” como algo dado por si mesmo, criticamos também nessas concepções basistas o escamoteamento de uma relação real entre o agente e o povo, relação **assimétrica** e desigual por princípio. Acreditamos que os agentes desempenham um papel ativo e até certo ponto dirigente sobre os diferentes setores do movimento de massas. Só que muitas vezes – e certamente isso estava presente no trabalho pastoral – esse papel é rejeitado, não é assumido pelos agentes, é de certa forma mascarado.

Mas a medalha tem duas faces, e não é contraditório o fato de encontrarmos, ao lado desse culto ao espontâneo, uma certa prática que tende a produzir lideranças que se distanciam do resto da massa, percebendo a si mesmas como a direção do movimento. Já apontamos anteriormente para esse aspecto, presente na atuação da equipe. Essas lideranças locais, que assumiam um papel de “vanguarda”, que haviam

passado por um trabalho de doutrinação política e que revelavam ter assimilado teorias sobre o processo de transformação da sociedade, muitas vezes não conseguiam estabelecer uma relação dinâmica com a prática. Eram capazes, sim, de falar a mesma linguagem daqueles educadores e de assumirem postos nas organizações populares. Mas muitas vezes não eram ainda capazes de ajudar os outros trabalhadores nas bases a sistematizar suas experiências e formular propostas de ação que avançassem na luta concreta. Ou seja, cavava-se um certo fosso entre essas lideranças e o conjunto dos trabalhadores; ou mesmo entre elas e outras lideranças menos avançadas politicamente.

Não vale a pena teorizar aqui sobre essas questões. Certamente repetiríamos muito do que já foi dito a respeito, e ainda poderíamos correr o risco de produzir um texto doutrinário. A descrição dos caminhos percorridos pela luta e da metodologia que adotamos na nossa intervenção contém, de forma implícita, material para que se enriqueça essa discussão.

Virando o jogo: uma questão de método

Como sair desses impasses? Enumeramos, a seguir, o conjunto de pontos básicos, estruturadores de nossa atuação na área, e que ao nosso ver foram responsáveis pelo rompimento de um círculo vicioso em que caíra o movimento e o trabalho de intervenção educativa.

● **CONHECIMENTO INTERNO DA CATEGORIA.** Partimos do pressuposto de que tínhamos que conhecer intimamente a realidade onde estávamos inserindo, para poder colocar em prática qualquer trabalho de intervenção educativa. Esse pressuposto, por si só, é bastante óbvio. A questão que se coloca é, também aqui, de método: dependendo da forma como nos aproximamos do “objeto”, teremos “conhecimentos” diferentes.

Nossa “pesquisa” era um processo permanente e que integrava dados obtidos em espaços diversos e através de instrumentos variados. Era feita através de contatos informais, conversas na boca da noite, nos botecos, nos roçados; a partir de reuniões nas diversas áreas; e, de modo mais formal, através de roteiros elaborados pela equipe, onde eram abarcadas diversas áreas da vida social da categoria.

Indagávamos a respeito das práticas do grupo a nível econômico: produção, comercialização, divisão familiar do trabalho, condições materiais de vida, diferenças internas quanto às condições de trabalho e à situação de classe. A questão que chamamos de “organizativa” também era um objeto privilegiado de investigação, e nos preocupamos sobretudo em entrar no universo de representações dos camponeses. Pro-

curávamos chegar às suas concepções sobre a forma de entender o movimento, de entender sua tarefa, seu papel, suas demandas. Passamos a ouvir os grupos de base para saber como se referiam à classe dominante, ao movimento em geral, ao sindicato, às lideranças existentes. Finalmente, o aspecto cultural: um levantamento sobre a rede de educação formal na região, onde se pesquisava inclusive a nível do conteúdo das mensagens passadas; uma avaliação do universo religioso camponês, onde se ressaltava a reflexão sobre a atuação pastoral; e, por fim, o que denominamos de “mentalidade” dos trabalhadores, abarcando questões sobre suas tradições culturais (festas, artesanato, arte popular) e morais.

Acreditamos que um contato prolongado com a categoria é fundamental para a obtenção desse tipo de conhecimento, já que está em jogo a conquista de uma certa confiança dos camponeses nos agentes. Esses trabalhadores revelam-se, em geral, extremamente desconfiados, arredios para perguntas, utilizando-se de uma linguagem rica em imagens e expressões desconhecidas para quem vem de fora. Seu pensamento parece seguir o ritmo do mundo que os rodeia, carregado de silêncio, cadenciado por longas caminhadas e duras horas por dia no roçado ou no calor da farinha.

Se, por um lado, portanto, achamos que o conhecimento implica uma imersão prolongada na realidade, por outro lado evitamos cair no empirismo que acredita que a mera “vivência” junto a uma categoria leva a conhecê-la. A construção de questões, a siste-

matização dos resultados, a reflexão metódica foram um ponto de partida para nossa atuação como equipe, em Nova Timboteua.

● **UM CANAL DE ORGANIZAÇÃO.** Conforme vimos, o problema central do movimento era uma espécie de situação crônica de desarticulação, em diversos níveis: lutas isoladas em torno das mesmas questões; lutas por questões diferentes sem pontes de ligação; um processo de formação de lideranças que nem sempre acompanhava os movimentos reais nas bases da categoria; formas de organização que não chegavam a abarcar parcelas maiores da massa. Faltava encontrar um canal que pudesse integrar o que estava disperso, um espaço alternativo de participação e organização que articulasse os interesses imediatos do conjunto dos trabalhadores.

O lançamento da Corrente Sindical Lavradores Unidos, em junho de 1984, explicitou esse referencial de forma visível para a massa dos trabalhadores de Nova Timboteua. Esse acontecimento obedeceu a um processo progressivo de identificação, por parte da equipe, de experiências organizativas presentes no conjunto das lutas dos trabalhadores da região, as quais pudessem servir como ponto de referência para posteriores definições de articulações a nível da base.

A Corrente deveria ser capaz de romper com uma prática costumeira, quando se trata de organizar os trabalhadores rurais: muito freqüentemente, os esforços organizativos esgotam-se nos momentos de enfrentamentos eleitorais, caindo num vazio após as eleições do sindicato. A proposta, aqui, foi a de criar um canal organizativo de caráter permanente que, aglutinando amplas parcelas dos trabalhadores, conseguisse organizar seus esforços de resistência econômica, política e cultural e romper o isolamento dos grupos existentes face ao conjunto da categoria.

Além de romper o isolamento, esse canal – de organização e de luta – deveria ser capaz de promover a vitalização dos núcleos organizados já existentes; de vencer a confusão de espaços religiosos e de classe, à qual nos referimos; de estabelecer espaços diferenciados onde as lideranças pudessem se consolidar e se projetar para o conjunto da categoria; de responder aos apelos gerais e localizados da categoria no que concerne à exploração a que está submetida; de combater as idéias dominantes e abrir espaço para a construção de uma nova ideologia que correspondesse à experiência de vida dos trabalhadores; de estimular comportamentos de participação e planejamento de atividades, de divisão de tarefas, de avaliação.

Para a equipe da FASE, entendida como o núcleo inicial gerador do trabalho de criação da Corrente, esse canal a se construir surgia como condição para levar adiante a proposta educativa aos diferentes níveis da categoria, tornando-se espaço onde a equipe leva as suas mensagens, favorece a projeção de lideranças, seleciona pessoas para treinamentos, organi-



zando seus planos de formação e utilizando os variados recursos didáticos adaptados a cada situação. Através da Corrente, os processos de formação e organização articulam-se às lutas concretas levadas pela categoria. As atividades de capacitação de lideranças são desenvolvidas especialmente junto ao núcleo de direção da Corrente Sindical e dos grupos de liderança de apoio (lideranças intermediárias) e se ligam com o processo de planejamento e avaliação de propostas a serem levadas para o conjunto dos trabalhadores. Cria-se um espaço onde se pode discutir e rever permanentemente a estratégia de atuação das lideranças junto à massa camponesa, estimulando sua participação e organização nas diversas lutas (luta pela terra, conquista do sindicato, melhores condições de comercialização, etc.).

O processo de criação da Corrente Sindical Lavradores Unidos comportou a utilização de alguns instrumentos didáticos de sensibilização, informação e formação dos trabalhadores. Foi escolhido um hino, num primeiro momento, e um símbolo num segundo. Ambos deveriam constituir-se em elementos retirados da vida dos lavradores, identificados com seus desejos e interesses fundamentais. Na esfera simbólica, representariam de forma imediata a mística do movimento que se iniciava. Após uma observação cuidadosa e muita discussão com os trabalhadores, decidiu-se adotar a lamparina como símbolo do movimento: é a luz que ilumina a escuridão, é o combustível que mantém a chama acesa e a alimenta.

Além desses instrumentos, a própria equipe inicialmente propôs e assumiu a elaboração de um jornal informativo – FARINHADA – para o movimento. Sentiu-se a necessidade de um veículo que pudesse espalhar as mensagens da Corrente, estimular a organização em torno dos interesses dos trabalhadores, denunciar as manobras dos pelegos e divulgar a política sindical da Corrente. Progressivamente, algumas lideranças começaram a ser treinadas para participarem mais ativamente da feitura do jornal.

Pouco a pouco, portanto, foi-se cristalizando a Corrente Sindical Lavradores Unidos como um espaço de referência para as lutas e a organização dos trabalhadores da área, agrupando centenas de lavradores de todas as partes do município. A adoção da estratégia de intervenção diferenciada e o levantamento das bandeiras de luta unificadoras do movimento foram passos fundamentais na atuação da Corrente, responsáveis por sua consolidação e pelas vitórias que veio a conseguir. É o que veremos adiante.

● **A INTERVENÇÃO DIFERENCIADA.** Acreditamos que a intervenção educativa, para contribuir de fato com a transformação da sociedade, deve saber lidar diferenciadamente com os espaços de direção, de base* e de massa. Só considerando esses três espaços, nas suas especificidades, podem-se criar as condições para a incorporação, maturação e formação de lideranças que se liguem de modo mais sólido com a categoria, através de mecanismos de organização a nível da base e reconhecidas pela massa.

Dois pontos básicos podem ser ressaltados nessa nossa proposta, em termos das discussões que vêm se travando sobre o trabalho de educação popular: primeiro, ela é uma proposta que acena para o enraizamento do movimento junto à massa e oferece perspectivas da constituição de um pólo irradiador; segundo, assenta-se sobre a relação do desenvolvimento das lutas com o processo organizativo e o processo de formação, pretendendo romper, pois, com a dicotomia entre formação e organização.

A dinâmica da intervenção em níveis diferenciados, sempre renovada, foi, portanto, a base da sobrevivência, sustentação e ampliação da experiência da Corrente Sindical. É a partir daí que se desenvolve o treinamento para saber investigar a realidade e propor soluções adequadas ao nível da luta organizada; as distribuições de tarefas de acordo com as condições de cada pessoa; a observância do princípio da disciplina; a transmissão de conhecimentos mais gerais a respeito da estrutura da sociedade; a apropriação de uma metodologia para interpretar a conjuntura, etc. Espaços foram claramente diferenciados, no sentido de se poder tratar com maior ou menor rigor, com maior ou menor profundidade, a transmissão desses conhecimentos básicos e desses treinamentos.

Um conjunto de reuniões e atividades de características diversas foi compondo a atuação da equipe aos três níveis: direção, base e massa. Alguns dados podem fornecer uma idéia de como se dá essa forma de intervenção educativa.

– **A nível da direção.** Havia a necessidade de se criar um grupo de apoio novo para o trabalho. Durante três meses (de junho a agosto) assumimos a tarefa de

observação dos trabalhadores capazes de formar esse novo grupo de apoio: observamos o seu desempenho, o seu nível de argumentação, as formas como se referiam à realidade e como a explicavam; as suas possibilidades em assumir tarefas; a sua participação anterior no trabalho; suas qualidades a serem desenvolvidas; sua aceitação junto aos lavradores. Escolhemos, então, 23 dentre eles, os quais foram convidados individualmente para um primeiro encontro conjunto de estudos. Compareceram 20, os quais foram então considerados por nós como o ponto de partida para a constituição do grupo de apoio, responsável pela organização de grupos de base da Corrente nos povoados, com a incorporação de novas pessoas observadas em conjunto com as lideranças de cada lugar.

O trabalho sistemático de formação do grupo de apoio dá-se basicamente através de encontros para estudos e discussões, com base em material pedagógico previamente escolhido e preparado. Nossa prática de formação parte do princípio de que não trabalhamos com toda a categoria, mas sim com grupos de trabalhadores dentro da categoria. A nossa perspectiva é a formação de um corpo de militantes inseridos na massa que consigam ser elementos propulsores no seu interior, chamando-a para participar das lutas da categoria. A formação desses militantes tem que corresponder às necessidades desse seu trabalho.

No primeiro encontro do grupo de apoio realizou-se um estudo sobre a origem das classes e sua natureza. Isso foi realizado após todo um exercício, com os trabalhadores presentes, quanto ao valor do seu trabalho e o lucro que os comerciantes obtinham a partir dele. Essas discussões tiveram como base as práticas econômicas do grupo, analisadas em detalhe, e como dinâmica os debates em pequenos grupos, sociodramas, a utilização de músicas e cartazes. Ao final desse ciclo de formação, discutiu-se a respeito do sentido do movimento dos lavradores, do que se pretende com ele, onde queremos chegar. Utilizou-se um documento de estudos produzido pela equipe, cartazes com a história do surgimento do homem, o nascimento da propriedade privada, a origem da luta de classes. A base do estudo foi a cartilha A PIRÂMIDE, do CRD (Centro de Reflexão e Documentação) de Goiás.



* "Base": são os grupos mais ou menos organizados acompanhados durante um certo tempo de modo sistemático pela intervenção educativa. "Massa" é o conjunto da categoria.

O segundo encontro partiu de uma observação e avaliação da prática do grupo de lideranças nos povoados, onde surgiu uma série de problemas reveladores do seu relativo despreparo para enfrentar as questões organizativas. Elaborou-se um documento que buscava estabelecer normas mínimas de conduta política entre o coletivo das lideranças, buscando ultrapassar a lógica de comportamentos como, por exemplo, o compadrio, ou relações em bases mais pessoalizadas, que se chocam com certas dinâmicas organizativas do movimento dos lavradores. Como base para o planejamento da construção da Corrente Sindical nos próximos meses, discutiram-se as questões: O QUÊ, POR QUÊ, QUANDO, ONDE, COMO, QUEM, consideradas básicas para planejar qualquer ação.

Esses dois exemplos certamente dão uma idéia do caráter do trabalho de formação de lideranças levado a cabo pela equipe. Realizaram-se outros encontros com temas diversos, sendo que no momento estamos procedendo a um levantamento em todos os grupos da Corrente no sentido de detectar os níveis de consciência, os níveis de informação, o grau de compreensão dos mecanismos de exploração, para poder elaborar não apenas um plano de formação a nível de base, como também a nível intermediário e mais avançado das lideranças da área.

— **A nível da base.** Procuramos intensificar, primeiramente, a intervenção educativa junto a duas áreas do município onde já existiam trabalhos anteriores. Só posteriormente fomos estendendo o mesmo tipo de experiência a outras regiões.

Basicamente, tratava-se de um trabalho de observação do grupo, levantando-se as contradições fundamentais vividas, a situação sindical, a visão da atual diretoria do sindicato, a penetração do grupo de base local junto à massa, a qualidade dos seus membros, os mecanismos já existentes do ponto de vista organizativo. De certa forma, as discussões tinham os mesmos conteúdos das descritas acima, obedecendo no entanto à dinâmica dos grupos de base existentes, a partir de elementos-chave (milho, farinha, etc.), em cada lugar, desenvolviam-se debates sobre os preços dos produtos e sua relação com o trabalho despendido pelo lavrador, os compradores principais, etc. para daí começar-se a pensar nas bandeiras de lutas a serem levadas pela Corrente.

Essa etapa desdobrou-se na criação de Delegacias Sindicais em alguns lugares e na criação de oposições locais onde as Delegacias existissem sob a hegemonia da situação sindical.

— **A nível de massa.** No espaço de poucos meses e com a participação crescente do grupo de lideranças que se desenvolvia, foram organizados três encontros de massa de enorme importância para os desdobramentos das lutas em Nova Timboteua.

Antes de se chegar a isso, houve encontros não muito bem sucedidos, que oscilavam entre 30 e 70

pessoas, porque não estávamos esclarecidos o suficiente sobre as características dos encontros de massa, confundidos ainda por nós com encontros de grupos de base ampliados. A partir de um determinado momento, definimos mais claramente o caráter e os objetivos desse tipo de encontro:

— ocasiões para reunir o maior número possível de lavradores sob influência da Corrente;

— espaços onde se pudesse passar uma visão de conjunto dos problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais de Nova Timboteua, apontando-se para respostas unificadoras expressas nas bandeiras de luta da Corrente, capazes de abarcar diversas iniciativas localizadas;

— espaços de divulgação da política sindical da Corrente;

— espaços de expressão de concepções diferentes e contrárias à ideologia dominante;

— espaços onde o grupo de apoio desenvolve sua capacidade de liderança, onde se projetam lideranças, onde se testa o desempenho daqueles que assumiram tarefas desde a infra-estrutura até a coordenação.



O primeiro grande encontro se deu em junho de 1984 e conseguiu reunir 104 lavradores, entre homens, mulheres e crianças. Lançou-se aí a Corrente Sindical Lavradores Unidos. A partir da questão colocada:



"quem somos nós e o que queremos?", os presentes à reunião encontravam sua identidade de serem lavradores, pequenos, de serem os que produzem as riquezas mas ao mesmo tempo os que vivem na miséria, sem terra, sem estradas, sem assistência médica, sem escola. Pela primeira vez foi feito com o conjunto dos trabalhadores que participavam dos movimentos, no município, um levantamento desse tipo. A partir da outra questão proposta: "o que queremos?", tomou-se a grande decisão da reunião, lutar para tirar o sindicato das mãos dos pelegos e assumir a sua direção.

Para o segundo encontro, dois meses depois, vieram cerca de 900 trabalhadores. Foram levantadas nessa ocasião as bandeiras de luta a serem levadas em todo o município, além de ser lançada uma grande campanha de sindicalização, como passo para a tomada do órgão de classe.

Finalmente, ao terceiro encontro de massa, realizado cinco meses depois, compareceram perto de dois mil trabalhadores, revelando-se a capacidade enorme de crescimento do movimento. Nesse momento foi lançado para o conjunto dos trabalhadores do município o candidato da Corrente à presidência do sindicato, nas eleições a serem realizadas em outubro de 1985. Estava constituída a campanha de oposição sindical que tomaria, nos meses a seguir, a maior parte do tempo e dos ânimos de grande parte dos trabalhadores do município.

Fica clara, por tudo o que se disse, a enorme acumulação numérica conseguida em poucos meses de atuação da Corrente. Podemos dizer que, hoje em dia, a proposta do movimento é conhecida por todo o município e o Sindicato de Trabalhadores Rurais é uma referência importante para a massa. Por outro lado, temos um enorme saldo organizativo. Aquele pequeno grupo de sete pessoas que se reunia para pensar e levar em frente o movimento desdobrou-se, e hoje são perto de cem trabalhadores que militam nas lutas, entre homens, mulheres e jovens. Constituiu-se um coletivo que já consegue ler com clareza a reali-

dade do município, já consegue definir um plano de trabalho que seja referência para o conjunto de trabalhadores da área. Um grupo de trabalhadores que tem de fato um compromisso com as lutas da categoria e uma capacidade efetiva de direção dessas lutas.

Acreditamos que esse avanço deu-se em grande parte a partir da contribuição da equipe de educação popular. É importante frisar, no entanto, que quem capitaliza isso não é a equipe da FASE, mas é a Corrente Sindical e, hoje, **também** a direção do Sindicato de Trabalhadores Rurais.

● **AS BANDEIRAS DE LUTA.** As mensagens de união e organização caem no vazio se não possuem conteúdos claros, referidos aos anseios e problemas concretamente vividos pelos trabalhadores.

Nas várias reuniões preparatórias ao segundo encontro de massa citado acima procuramos sistematizar melhor todos os dados que possuíamos sobre as reivindicações levantadas, os problemas mais sentidos, para junto com os grupos de apoio nos povoados e o grupo de apoio central, formado então por 20 membros, definir as bandeiras centrais de luta a serem levadas pela Corrente. Seriam as suas mensagens fundamentais no que se refere aos problemas da exploração e das condições de vida dos trabalhadores, através das quais seriam fornecidos conteúdos na definição dos mecanismos organizativos a nível econômico.

Na reunião mencionada, à qual compareceram cerca de 900 lavradores, discutiram-se então amplamente quais eram os grandes problemas da categoria que deveriam ser atacados com uma estratégia de curto, médio e longo prazo, priorizando-se quatro pontos:

- A luta pela terra
- A melhoria da assistência médica
- Melhores preços pelos produtos dos lavradores
- Contra a carestia das mercadorias compradas pelos lavradores.

Retomaremos mais adiante alguns detalhes sobre essas lutas, como a criação das cantinas comunitárias, para fazer face aos dois últimos pontos citados.

A esses quatro pontos, acrescentou-se uma bandeira de luta imediata: a conquista do Sindicato. O descontentamento com a direção sindical dominada por comerciantes era um reclamo sempre repetido. A maneira arbitrária como eram tratados os sócios, o não-cumprimento de decisões das Assembléias Gerais, o descaso no atendimento às mulheres e aos aposentados e a inércia em defender os direitos dos associados principalmente no que se refere ao direito à terra, a confusão entre sindicato e FUNRURAL, o esvaziamento das duas únicas Delegacias Sindicais existentes, eram problemas colocados no dia-a-dia dos trabalhadores.

Essas bandeiras, levadas pela Corrente Sindical Lavradores Unidos, têm sido capazes de articular lutas que se apresentam normalmente dispersas e isoladas.

• **QUESTÕES DE MÉTODO.** Queremos apenas colocar aqui algumas questões conclusivas, sobre posturas básicas adotadas pela equipe, na condução da intervenção educativa.



Na nossa avaliação, é a partir desse trabalho que se passa de uma intervenção espontânea, de certa forma atomizada, genérica, para uma intervenção organizada, planejada, onde a questão da direção é fundamental – e a nível de sua construção e consolidação é que entra o nosso papel enquanto equipe. Até que a direção tenha condições de assumir-se autonomamente enquanto tal, há todo um caminho a percorrer, e nesse processo a intervenção educativa é indispensável.

A direção do movimento se obriga, de fato, a ser mais hábil do que as bases e do que a massa. Ela tem que ter propostas que cheguem antes das reações espontâneas da massa, ou seja, ela tem que fazer uma leitura da realidade tão correta que consiga sentir por onde a massa está indo, no sentido de chegar na sua frente, de tornar aquele acontecimento, aquela luta, mais um avanço para o movimento. Deve conseguir transformar os fatos políticos em referenciais para os trabalhadores, evitando que sejam capitalizados pelos setores dominantes.

Entendemos que as condições de direção política e organizativa dos trabalhadores não é algo dado pelo desejo, pela intenção, mas sim demanda um conjunto de condições objetivas e subjetivas que de fato permitam aos trabalhadores terem seus núcleos de lideranças capacitados para exercerem seu papel. A função da direção e o nosso papel educativo em sua formação em nenhum momento foram aspectos mascarados, na nossa relação com os trabalhadores. Desde o início a concepção de que quem dirige a quem conhece ficou claramente colocada.

A nossa preocupação, no entanto, é de que se criem as condições para tornar o papel supletivo que a equipe de educação popular exerce num dado momento o mais curto possível. Nesse sentido, desde o início de nossa intervenção, em qualquer luta, em qualquer planejamento, em qualquer reunião, a equipe nunca está à frente dos acontecimentos, mas sim quem efetivamente os dirige são as lideranças dos trabalhadores, adequadamente preparadas para desempenhar o papel que lhes cabe.

Essas concepções a respeito do papel supletivo inicial de uma equipe de educação popular, a nosso ver, diferenciam-nos da postura de grupos que executam trabalhos análogos, mas que mascaram essa relação, passando aos trabalhadores a idéia de que eles próprios estão se dirigindo e coordenando. Achamos que escamoteia-se, aí, uma relação real de intervenção e confronto de idéias, inerente a qualquer processo educativo.

No bojo da atuação da Corrente Sindical Lavradores Unidos, desenvolveu-se uma série de lutas e uma série de lições foi aprendida. Apresentamos a seguir, de maneira necessariamente genérica, algumas dessas experiências, procurando preencher com dados de conteúdo as considerações metodológicas feitas no capítulo anterior.

As lutas pela terra

As discussões sistemáticas no interior da Corrente Sindical, com assessoria da equipe, sobre os problemas enfrentados pela categoria, a investigação de suas causas e a descoberta dos direitos de acesso à terra por parte dos trabalhadores, deram uma enorme força às suas lutas pela permanência na terra, reforçando o processo geral de resistência à expropriação na área.

Por outro lado, reforçaram-se as propostas no sentido da ocupação de terras improdutivas. Duas áreas nestas condições foram ocupadas durante esses anos de experiência da equipe em Nova Timboteua: um grupo de 84 famílias ocupou uma área de 6 mil hectares e outro grupo de 76 famílias ocupou uma área de 4 mil hectares.



A área conhecida pelos lavradores como "área da MAFISA", de seis mil hectares, vinha há 18 anos abandonada, tendo-se descoberto, em levantamento realizado no ITERPA (Instituto de Terras do Pará), que os pretensos donos possuíam em toda a área apenas dois lotes de 25 hectares cada um. Inicialmente, 25 famílias entraram para trabalhar na terra. No momento em que se ia criar o direito de posse legal da terra para essas famílias – um ano e um dia depois – um fazendeiro próximo começa a abrir um ramal para cercar a área e anexá-la à sua fazenda.

Já fazia parte da estratégia da Corrente a ampliação dessa ocupação para um número maior de famílias. Essa ocupação já estava sendo, então, discutida e planejada em todos os núcleos do município onde houvesse trabalhadores sem terra aptos a levá-la adiante. Quando o fazendeiro tenta cercar a área esse processo se acelera. Foi notável observar a capacidade de mobilização dos camponeses: em menos de 48 horas mais de cento e oitenta pessoas, vindas de todo o município, destacadas pelos núcleos de organização da Corrente, ocupam a área, construindo um barracão de acampamento. As famílias previamente selecionadas passam a ocupar de forma permanente a área, realizando um processo de demarcação que resultou no assentamento de 76 famílias.

A nível jurídico, conseguiu-se que fossem sustadas as ações do fazendeiro no sentido de impedir a apropriação da terra pelos trabalhadores.

Hoje a área já tem a sua vila, sua escola, um grupo de produção comunitária de pimenta, uma cantina comunitária e uma Delegacia Sindical, revelando que o processo de ocupação da terra desdobrou-se em mecanismos organizativos de defesa dos interesses dos lavradores e implicou um avanço de consciência do movimento como um todo.

Outro caso significativo é o da Fazenda Santana do Livramento, que já vinha sendo ocupada por lavradores desde 1983, os quais lutavam contra o paga-

mento de renda imposto pelo pretense proprietário. Essa luta, até então isolada, foi incorporada por toda uma dinâmica coletiva implantada pela Corrente no município. Incentivou-se a ampliação da ocupação dessas terras improdutivas por trabalhadores expropriados da sede do município e de algumas áreas próximas. Hoje existem 182 famílias já assentadas definitivamente.

As propostas que estão surgindo nessa área vão no sentido da legalização das terras em nome de uma associação de trabalhadores local, proposta nascida da discussão com os posseiros e em várias Delegacias Sindicais. Trata-se de efetivar uma titulação coletiva da terra, questão que já vem sendo colocada por lavradores de quatro áreas do município. Essa terra só tem de coletivo o título, já que internamente ela se encontra dividida entre os que a ocupam mesmo antes do título legal sair. Os próprios lavradores são os agentes da divisão, bem como os que elaboram uma série de leis internas à área ocupada: a terra é para trabalho, não é terra de negócio; ninguém pode vender a terra; se algum dia quiser retirar-se do coletivo, deverá convocar a direção da associação que, junto com o posseiro, irá avaliar o valor das benfeitorias na área, as quais serão negociadas, tendo a direção da associação prioridade para tal; caso o trabalhador fique dois anos sem colocar trabalho nessa área, perde o seu direito à terra, podendo a associação colocar outro lavrador na área; etc.

Essa experiência não é pioneira, existem outras no gênero, em outras regiões, e está sendo feita em cima de muita discussão com os lavradores.

Como se observa, para consolidar a ocupação, a luta tem sido travada a nível jurídico e político, combinadamente: a capacidade de resistência dos trabalhadores foi capaz de sustar um mandado de reintegração de posse ao fazendeiro, expedido pelo juiz da Comarca local. A existência da Corrente torna essa capacidade de mobilização efetiva, como é o caso, igualmente, da existência dos mutirões de solidariedade para a construção das casas e preparação da terra para cultivo, que contam com a participação de trabalhadores de vários povoados.

No ano em curso, estas áreas têm merecido maior atenção por parte dos educadores com o objetivo de assegurar a permanência dos trabalhadores na terra e para discutir o desenvolvimento de projetos comunitários de produção e comercialização.

Nos desdobramentos do trabalho a equipe de educadores vem investindo na discussão interna e autocapacitação nas questões relativas ao modelo agrícola vigente no País e suas implicações do ponto de vista da pequena produção. O debate tem avançado incorporando a discussão sobre as "tecnologias apropriadas à pequena produção" com o objetivo de melhor assessorar a organização dos trabalhadores no enfrentamento dos problemas relativos à produção e comercialização.



Mutirões e cantinas comunitárias

A organização dos lavradores ao redor de práticas alternativas de caráter econômico desenvolveu-se enormemente a partir da atuação da Corrente. Entendemos que essas atividades econômicas realizadas por grupos relativamente reduzidos, espalhadas pelo município, ganham sentido na medida em que combinam a questão da resistência econômica à formação e organização dos lavradores em torno de interesses gerais da categoria, onde a resistência também a certas formas de dominação política tem sua importância, como será visto.

As cantinas comunitárias são, hoje, em número de seis, com uma média de dez a doze famílias participantes de cada uma delas. Caracterizam-se por um grupo de camponeses que se cotizam para formar um capital coletivo com o qual se abastecem de mercadorias que não produzem, assim como para realizarem cooperativamente a venda dos produtos que cultivam em condições de preço mais vantajoso.



A Cantina Comunitária

"Ouvimos falar de cantina comunitária por companheiros de outros lugares e pela FASE. A gente começou a discutir que a cantina comunitária seria muito bom pro trabalhador.

A gente sentava várias vezes, começava a discutir de um, a dois, a três companheiros. Aí a gente que nosso trabalho, nosso suor vai sumindo tudo. Porque quando a gente vê que a gente compra uma caixa de bolachas por 45 Cz\$. São 10 pacotes que têm numa caixa. O comerciante de compra por 45 Cz\$ e

vendendo de 7 Cz\$ o pacote, só aí são 70 Cz\$. A gente deixa 25 Cz\$ em cada caixa pra ele. Sendo na cantina comunitária, a gente compra por 45 Cz\$ (e vende na cantina por 5 Cz\$ o pacote).

A gente discutia muito esse negócio de ver os companheiros que estavam amarrados lá com o comerciante. E aí a gente começou a fundar essa cantina comunitária. Começava a tirar mais lavrador das unhas dos comerciantes. A gente sentava com o grupo, 11, 12 sócios. Escolhia 2, ou 3, ou 4 pra tomar con-

ta mesmo da cantina direto, que ia ser a direção. Depois de ter assumido, tem as prestações de conta com esse grupo, de 15 em 15 dias, de mês em mês. Aí a gente vê o lucro que dá, nessa cantina comunitária. A gente começa a compartilhar com o movimento também desse lucro. E ele vai levando mais à frente, levando a discussão mais ainda. E ajuntando mais lavrador, formando mais cantina comunitária."

Chico

Na raiz de sua criação está uma forma particular de exploração econômica vivida pelo campesinato, aquela que se dá no processo de venda do seu produto e de compra das mercadorias de consumo de que necessita quotidianamente. O fato de que um mesmo intermediário – o "bodegueiro" – é o agente desses dois processos faz com que a exploração do lavrador via comércio assuma proporções exageradas e crie laços de forte dependência com relação a esse comerciante. Através do endividamento, numa situação de isolamento em que a "bodega" é o único estabelecimento de acesso quotidiano para o camponês, o comerciante tem o poder de impor com uma margem relativa de arbitrariedade os preços dos produtos que vende e que compra do lavrador, assumindo o caráter de verdadeiro usurário.

"Quando preciso de dinheiro ele me avia (empréstimo), mas sei que é um escravo que ele está construindo." Essa frase de um lavrador expressa bem o tipo de relação que mantém – e que sabe que mantém – com o comerciante, onde cair na armadilha não é um acaso, mas sim a regra: onde conseguir o dinheiro para um remédio, para transportar um doente para a cidade, para acidentes de todo tipo que ocorrem inesperadamente com a família? Onde conseguir dinheiro para sustentar a família em épocas de aperto? "Realmente esse cara (o taberneiro) não é dos piores, quebra os galhos da gente", como diz um outro camponês. E assim, nessa ideologia do "ruim com ele, pior sem ele", vai-se vivendo.

A idéia das cantinas comunitárias surge como uma alternativa a esse círculo vicioso. Mesmo quando seus efeitos, a nível quantitativo, são pequenos, pode-se imaginar o que significam, a nível simbólico, para o grupo, já que acenam para uma outra ordem possível das coisas.

A idéia da cantina comunitária surgiu de forma isolada, a partir de um grupo numa comunidade. No transcurso da luta sindical e da atuação da Corrente, foi-se transformando em estratégia geral de trabalho, no município. Isso porque partimos do pressuposto de que, no campo, um dos canais importantes de dominação ideológica e política é a cadeia que se forma desde os comerciantes que estão no centro da cidade até os bodegueiros de cada povoado, que conseguem arregimentar ao seu redor a massa camponesa e conduzi-la para onde quer, por exemplo, na hora da eleição sindical ou partidária. As cantinas nasceram, então, em cada povoado para, ao lado de sua função econômica, desestabilizar o poder do bodegueiro frente à massa camponesa.

As seis cantinas que existem no município nasceram de forma diferenciada, umas a partir de mutirões, outras a partir das Delegacias Sindicais. No entanto, nenhuma delas existe isoladamente, todas estão inseridas na estratégia da Corrente, o que lhes garante, inclusive, uma ajuda em momentos de dificuldades. Está sendo organizada, no momento, uma cantina na sede do município, com cerca de 20 famílias. Acreditamos ser importante essa implantação, no local em que os comerciantes usurários têm a sua base central de apoio.

Quanto aos aspectos econômicos considerados isoladamente, os resultados têm sido também animadores: atualmente, cada cantina está conseguindo uma média de cinco cruzados a mais por saco de farinha do que obteria um lavrador vendendo-o isoladamente. Da mesma forma, têm-se obtido preços mais baixos na venda do café, do açúcar, do querosene, do sal, do fósforo – os produtos normalmente consumidos no quotidiano do trabalhador.



Dados todos esses resultados positivos, é nossa idéia chegar ao final de 87 com umas doze cantinas, o que consideramos o teto mínimo para alcançarmos um outro patamar dessa atividade: juntar essa produção quinzenalmente e enviá-la num caminhão para Belém, ou diretamente para o Nordeste, onde se encontra o maior mercado consumidor dos produtos da nossa região.

Os **mutirões** são o outro tipo de atividade econômica que vem se desenvolvendo, no quadro das práticas da Corrente Sindical. Como se sabe, o mutirão é uma experiência espontânea, praticada tradicionalmente pelo campesinato em várias regiões do País, e que consiste na reunião de trabalhadores para a realização de certas atividades econômicas em conjunto, por tempo determinado. A partir da existência da Corrente, procuramos fazer com que essas formas tradicionais de trabalho coletivo cada vez mais se

afirmassem como instrumento de crescimento da consciência e de formas de organização mais permanentes e enraizadas na vida dos lavradores.

A partir desses objetivos, os mutirões vão-se inserir de diferentes formas na organização dos camponeses, nas várias localidades. Há povoados em que os mutirões surgem a partir da Delegacia Sindical, onde os trabalhadores se reúnem para consertar uma estrada, para consertar uma ponte, para construir um barracão comunitário. Há casos em que o mutirão é o embrião de cantinas comunitárias, e quando elas se criam ele pode ter como função fazer um pimental ou uma roça comunitária, no sentido de fortalecer o capital coletivo da cantina. Os mutirões também servem para permitir o afastamento temporário do trabalho por parte de lideranças que tenham outras áreas a percorrer no trabalho de sensibilização. Nesses casos, o grupo assume as tarefas agrícolas daquele companheiro, pelo período em que estiver fora.

Projetos Comunitários

"O que a gente fez de coletivo foi: primeiro criamos uma cantina; dessa cantina, com aquele pequeno lucro que ela deixa, a gente já pensou assim num plano através da cantina mesmo de comprar umas cabeças de gado. Hoje a gente já tem três cabeças de gado... Também plantamos uns trezentos pés de pimenta. Aí a gente, o movimento todo se interessou mais e a gente aumentou mais. Agora esse ano, a gente plantou mais 500 pés. E tudo isso é o mesmo grupo, o mesmo projeto, que a gente pensa de ele crescer mais até, se for possível, pra que esse movimento cresça mais, e a gente dê mais segurança pra que ele avança."

Tuca



A Política Agrícola

"Os companheiros todos tinham um discurso, uma proposta que era ganhar o sindicato. Hoje em dia, os companheiros estão refazendo a sua proposta, refazendo a sua maneira pra começar a tocar nesse problema de fundo da categoria que é o preço da produção. Tá muito claro que não é simplesmente o sindicato, uma diretoria do sindicato que vai dar respostas nesse sentido. É os trabalhadores se organizando na base, é criando força para que se dê uma resposta nesse sentido.

Mas concretamente, o trabalhador vivia e ainda vive muito ausente de discutir a Política Agrícola, discutir o porquê do seu sofrimento, o porquê do enfraquecimento da terra, o porquê dos grandes plantarem, e a gente não poder plantar. Mas hoje o sindicato começa a abrir discussão nesse sentido. E daí está a necessidade de a gente pra sobreviver pensar novas formas de produção. E nesse sentido, a gente está enfrentando um grande problema, que é encontrar o nosso trabalhador ador-

mado e tradicional, quer dizer, não aceitar uma renovação. A gente está tentando através dos grupos organizados, tentando amostrar, através da prática, plantando de outra maneira. Pra gente ter uma saída. E nós estamos vendo muito claro que nós temos de ter duas coisas da nossa luta: a luta para produzir melhor e a luta pelo preço do produto."

Zacarias, Presidente do STR

Há ainda outros ângulos destas propostas, principalmente da cantina comunitária, que cabem ser destacados. Para o seu desenvolvimento, cuidou a equipe da FASE de introduzir a preocupação de treinamento de algumas habilidades tais como: a transmissão de conhecimentos sobre a administração de recursos, noções contábeis, etc. A perspectiva que norteou a equipe é de que cabe ir criando condições para que os grupos tenham autonomia em relação à presença dos técnicos. E para romper com a relação de tutela que muitas vezes permeia estas experiências é fundamental preparar lideranças que multipli-

quem o trabalho e dêem prosseguimento a ele no momento em que a entidade de apoio se afastar da área.

Por último cabe acrescentar que esta proposta cumpria também a função de alimentar o processo de organização sindical. Várias lideranças destes grupos compunham o grupo de apoio da Corrente Sindical e desempenharam importante papel na divulgação de mensagens sobre a vida sindical, atuando na campanha da sindicalização, integrando os comitês de apoio da chapa de oposição sindical, etc.

Auto-sustentação do Movimento

"Além de mostrar para a categoria uma nova forma de produzir, os projetos têm uma outra finalidade que é a sustentação da luta. Os projetos que estão sendo implantados, de produção da pimenta do reino, as cantinas, a criação de frango, já é pensando em uma parte dessa produção ser repassada para a auto-sustentação da luta dos trabalhadores... A gente sabe que o movimento independente, ele tem que estar li-

gado a ninguém, esperando doação de ninguém. Mas ele tem que se auto-sustentar. E a gente tem práticas de arrecadação de fundos, que a nossa categoria tem respondido com seriedade, que é através das festas, de torneio de futebol, de bingo, e tal. Atividades de lazer que se criam pra se arrecadar fundo. Mas a gente precisa de uma forma mais regular pra sustentar a luta. E a maneira que a gente está vendo, é esses

grupos de militantes que têm que se empenhar nesse trabalho, que busquem ainda tanto para responder às questões econômicas do militante dentro de casa como também uma sustentação, um dinheiro regular que fique em previsão do próprio movimento."

Zacarias, Presidente do STR



A sindicalização das mulheres

A presença de mulheres nas lutas sociais rurais, mesmo em posições de liderança, não é fato novo na história desses movimentos. O que há de novidade nessa experiência que relatamos é o fato de que as reivindicações, aí, estão centradas no reconhecimento social e legal de sua situação como mulheres e trabalhadoras: a luta central é pelo seu direito à sindicalização.



Embora esteja garantido na Constituição Brasileira e nos Estatutos do Sindicato o direito à sindicalização das mulheres, era negado pela Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Timboteua. Por incrível que pareça, esta é, de fato, uma conduta recorrente das diretorias de muitos sindicatos de trabalhadores rurais no Brasil. O entendimento desta questão na área rural, além de estar referido a uma problemática ideológica mais geral de submissão da mulher, passa também pela questão política da organização dos sindicatos. Com efeito, a criação do FUN-RURAL e a atribuição de funções assistencialistas aos sindicatos rurais desde o final dos anos 60 foram uma arma usada pelo regime militar para controlar e subordinar ainda mais o movimento sindical. Por que estabelecemos esta relação? A visão do sindicato como órgão assistencialista é bastante difundida ainda entre os trabalhadores rurais e dela compartilhava a antiga direção do sindicato de Nova Timboteua. Embora todo trabalhador rural, independentemente de ser ou não sindicalizado, tenha direito de acesso aos benefícios

da previdência social, aquela direção não só cerceava este direito aos trabalhadores como ainda alegava que sendo o homem (chefe de família) sindicalizado seus direitos estariam estendidos para as mulheres, não havendo então necessidade delas sindicalizarem-se. Esta postura era duplamente conservadora, pois de um lado reforçava a idéia de sindicato como órgão de assistência e não de luta, e por outro lado discriminava a mulher.

Reproduzimos, nessa luta pela sindicalização das mulheres, o mesmo tipo de metodologia aplicado na organização da Corrente. A mensagem básica, a idéia que continha o sentido fundamental do movimento, era a de que "sem a participação da mulher, a luta fica pela metade". Essa idéia se inseria na nossa proposta orgânica de integração de todas as parcelas da categoria na luta contra a exploração. Além do mais, eleitoralmente, era fundamental conquistar essa parcela feminina dos trabalhadores do município.

Narraremos alguns fatos, para que se possa ter uma idéia mais concreta de como se deu essa parte do movimento de oposição sindical na área.

O grupo de apoio que constitui a direção local da Corrente em cada povoado ficou com a tarefa de iniciar reuniões com as mulheres. Ou seja, no começo, eram homens puxando reuniões com mulheres. Uma primeira questão a vencer era a da própria resistência masculina a todo esse processo, que realmente introduziu uma certa desorganização no andamento cotidiano das coisas: quem cuidaria dos afazeres domésticos, se a mulher se ausentasse? Como se sabe, esse problema se coloca de forma muito mais aguda no campo, antes de mais nada porque há uma maior rigidez na divisão sexual dos trabalhos na unidade familiar de produção, com papéis bem definidos para que esse todo, unidade entre produção e consumo, funcione com eficiência.

A primeira tarefa a cumprir, então, foi a de sensibilizar os homens para que entendessem que a luta é de todos, e o mesmo problema sofrido pelo homem é também sentido pela mulher. Os homens, então, começaram a ficar em casa cuidando da comida e dos filhos, enquanto as mulheres iam para as reuniões. Às vezes ia toda a família, e acontecia do marido ficar do lado de fora da reunião, escutando o que se discutia lá dentro.

Observou-se que, embora as mulheres participassem, havia muita dificuldade de assumirem a direção. Utilizamos, então, o mesmo método já exposto: criou-se um núcleo gerador, o qual foi capacitado para assumir as tarefas de direção. Selecionaram-se cinco companheiras que vinham revelando maior participação nos grupos e nas diferentes tarefas, maior capacidade de expressar o seu pensamento, e com elas foi feito um treinamento de cerca de dois meses, intercalados em três encontros. Discutiam-se todas as questões gerais a respeito da Corrente, do movimento sindical, da estrutura social, do planejamento do trabalho.

Após essa etapa, as mulheres do núcleo gerador passaram a percorrer o município, conhecendo-o e levando a outras mulheres a mensagem da sindicalização e da participação. Observe-se que algumas dessas mulheres sequer conheciam as comunidades vizinhas.

Elaborou-se um material didático que divulgasse para a população em geral, de forma simples, a violência que sofriam as mulheres nos seus direitos de cidadãs e trabalhadoras, por serem impedidas de se sindicalizar. Ligava-se esse fato a toda a série de desrespeitos aos trabalhadores exercidos pela diretoria sindical pelega.

Como a diretoria do sindicato se negasse a discutir o assunto em Assembléia Geral, uma comissão dirigiu-se a Belém para denunciar amplamente o fato pelos meios de comunicação de massa e apresentar

denúncia à Delegacia Regional do Trabalho. Como esta demorasse muito em sua resposta, as mulheres resolveram acampar no sindicato.

Durante dez dias foi mantida a ocupação, até que a DRT expedisse parecer favorável à sindicalização. O diretor sindical, no entanto, não acatou a medida, e diante desse fato organizou-se uma caravana de mulheres para ir a Belém reivindicar medidas mais enérgicas por parte da DRT. A essa altura, o movimento já contava com o apoio de todo o sindicalismo rural combativo do Estado, das Entidades de Defesa dos Direitos Humanos, de Partidos Políticos e Sindicatos de diferentes categorias. Diante disso, o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Nova Timboteua foi chamado à DRT para efetuar a sindicalização das mulheres.

É interessante vermos os detalhes de uma luta, para vermos com quantos paus se faz uma vitória. Esta trouxe como resultado a sindicalização de aproximadamente 250 mulheres, número que continua crescendo, e a criação da Ala Feminina da Corrente Sindical.



Depoimento de uma Mulher

"Eu sempre via a mulher em geral, e eu mesma, como pessoas que têm uma tarefa específica na própria sociedade que a gente vive. A mulher é colocada como dependente do marido, pra ficar só em casa, aquele negócio todo. Não estar ao lado do marido nas horas precisas, nas horas de luta. Foi da nossa luta no sindicato, com a entrada das mulheres na luta sindical, que eu me senti mudar, com relação ao meu ponto de vista. Foi quando eu fui entender que a mulher não é como a sociedade fala, como os meios de comunicação nos dizem, que a mulher é

tratar lá do marido, mas tanto é mulher no trabalho em que ela está mesmo, né? Como na luta por melhores condições de vida. E a maior lição também que nessa luta eu tive, foi de acreditar em nós mesmas, sabe? Como categoria. Por quê? Porque a gente vê que nesse mundo, se a gente não fazer, ninguém vai fazer por nós. Desde dos nossos pais, dos nossos avós, que a gente vem sempre acreditando nos outros. Sempre acreditando que alguém vai mudar, que alguém vai fazer alguma coisa pela gente. É aonde a gente tá enganado. Se a gente não lutar, se a

gente não fazer nada por nós, pelo melhoramento da nossa categoria, ninguém vai fazer. Então, foi lá dentro do sindicato, que eu aprendi isso. Foi na luta das mulheres, que a gente passou aquele tempo todo dentro do sindicato, exigindo nossos direitos, que se a gente não tivesse lá, deixasse a casa, deixasse tudo, e não tivesse lá, pressionando, exigindo, ninguém tinha conseguido nada. ...É o direito de sobreviver, o direito à vida, o direito a uma vida digna, que a gente tá exigindo."

Ana Selma



A vitória da oposição sindical

O processo de uma eleição sindical, sobretudo no campo, representa muitas vezes o momento em que a luta política se dá de forma mais clara e mais acirrada. É a hora do vale-tudo, em que pelegos, setores dominantes, políticos conservadores e mesmo o aparato judiciário do Estado aliam-se para não perder o acesso ao enorme instrumento de poder que é para eles o espaço sindical. Nova Timboteua não fugiu à regra, muito pelo contrário: a violência e a fraude foram a tônica do processo de eleição da nova diretoria. Não foi à toa que a oposição sindical havia sofrido duas derrotas consecutivas. O poder a enfrentar era muito forte, violento e bem organizado.



A descrição do processo que levou à vitória da Chapa 2 (oposição) no município de certa forma já foi feita acima. A construção da Corrente Sindical Lavradores Unidos, atuando de forma a articular todas as lutas da categoria, teve como bandeira imediata a conquista da diretoria sindical. Nesse sentido, todas as lutas e os espaços organizativos já descritos contribuíram e convergiram para a enorme campanha sindical deslançada em todo o município. Acreditamos, no entanto, que ainda vale a pena chamar a atenção para alguns pontos da metodologia de trabalho desenvolvida durante esse processo eleitoral, bem como narrar, de maneira sumária, os acontecimentos que cercaram esse momento específico e polarizador da luta dos trabalhadores. Essa narração, embora talvez um pouco cansativa, dará mais concretude a todo esse processo vivido por nós, fornecendo alguns parâmetros empíricos para avaliarmos a vitória conseguida.

Um resumo dos fatos: as eleições no STR de Nova Timboteua estavam marcadas para o dia 27 de outubro de 1985. Para não cairmos no eterno proble-

ma da improvisação que ocorre na maioria das oposições sindicais, desde agosto de 1984 foi deslançada a Campanha das Eleições Sindicais. E no bojo dessa campanha, começamos cedo e organizadamente a atacar o ponto-chave das vitórias dos sindicalistas pelegos: a fraude.

Foram organizadas equipes que realizaram um mini-recenseamento no município e suas vizinhanças, levantando as irregularidades: quem estava credenciado para votar e não morava em Nova Timboteua, pessoas de outras categorias que possuíam talões quitados para votar e carteiras do sindicato (funcionários públicos, bancários, comerciantes, bicheiros...). Com base em provas inclusive registradas em cartório, iniciou-se a luta pela lisura eleitoral. A denúncia através da imprensa, a distribuição massiva de informativos mostrando a corrupção eleitoral, feita no município e regiões vizinhas, prepararam o terreno para a denúncia formal apresentada à Delegacia Regional do Trabalho, com a exigência de providências para a garantia de eleições limpas e democráticas.



VAMOS CAPINAR A PELEGADA

VOTE de novo CHAPA

2



QUEM
NÃO SABE
É COMO
QUEM NÃO VÊ

SEJA
SÓCIO
DO



SINDICATO

STR. DE BRAGANÇA

As forças que tínhamos pela frente, a serem derrotadas, eram compostas por um conjunto poderoso de atores locais, aliados aos pelegos da diretoria sindical: a oligarquia tradicional da região, o prefeito, vereadores com seus cabos eleitorais de sempre. Como vai ser visto, os seus cúmplices a nível de Estado foram também agentes importantes na luta.

O grande confronto foi realizado no dia das eleições. A Corrente, percebendo as tentativas de boicote ao processo eleitoral, assumiu sozinha uma série de tarefas necessárias à realização do pleito. Providenciou urnas, relações de votantes, cédulas, cabines e meios de transporte. Garantiu, na hora das eleições, a sua abertura e o funcionamento das mesas coletoras.

Mal se havia iniciado a votação, um grupo de capangas comandados pelo prefeito e pelo presidente do sindicato invadiu a sede sindical, quebrando a urna e rasgando as cédulas. Dirigiram-se ainda para outro local de votação, onde o confronto com lavradores foi inevitável, tendo como resultado oito pessoas feridas. Apesar de tudo, o processo eleitoral prosseguiu, com um **quorum** de votação de quase 1.200 sócios. Como os fiscais enviados pela DRT tivessem claramente tomado o partido da situação e se retirado do município, urnas, atas e relações de votantes foram levadas a Belém e entregues à Delegacia Regional do Trabalho.

O resultado é que a DRT resolveu não apurar as urnas sob a alegação de falta de **quorum**, e depois de muita discussão com membros da Chapa 2 entrou-se no acordo de realizar novo escrutínio no dia 24 de novembro.

Foi a vez das ameaças: às vésperas das novas eleições, o prefeito e o dirigente sindical da situação ameaçaram de morte o assessor da Delegacia do Trabalho, caso insistisse em manter o pleito. Este, diante do clima tenso, com pistoleiros circulando pela cidade, aconselhou a Chapa 2 a não bancar as eleições, evitar o confronto e dirigir-se à Delegacia do Trabalho, exigindo uma tomada de posição definitiva.

Dessa vez, a solução dos setores dominantes foi mais radical: no dia 24 de novembro as portas dos locais onde funcionariam as seções eleitorais amanheceram bloqueadas, nada mais, nada menos, que pela Polícia Militar. Seria difícil tentar manter as eleições, mas a Corrente tinha as suas armas. Realizou um encontro com seus militantes, no qual foram escolhidos 110 lavradores para no dia seguinte dirigirem-se a Belém e só voltarem com uma posição definitivamente assumida pelas autoridades competentes.

Foi-se à DRT em Belém. Diante da alegação de que somente o Ministro poderia dar o aval para a nomeação de uma junta governativa, foi-se também a Brasília, para arrancar do Ministério uma posição favorável aos trabalhadores.

No dia 2 de janeiro de 1986, a DRT nomeou uma junta governativa, através de portaria. A junta teve a tarefa de moralizar o quadro de sócios e de convocar novas eleições.

Finalmente, em maio de 1986, o coroamento de todo o esforço, de um processo de lutas que soube combinar na medida justa a luta a nível legal e a nível das mobilizações pela base: foi eleita a chapa de oposição, com votos de mais de 800 trabalhadores.

Esse longo relato é um exemplo claro do fato de que, no Brasil, as mais elementares liberdades democráticas só podem ser conquistadas às duras penas e até com risco de vida, por parte dos trabalhadores.

Cabe ressaltar ainda os espaços organizativos criados e as atividades desenvolvidas, especificamente em função da campanha sindical, que podem ser classificados em cinco tipos:

- Correntona da Campanha – Formada por 80 militantes, selecionados pela direção da Corrente em conjunto com a equipe de intervenção educativa. Nesse espaço discutia-se como planejar uma atividade; como coordenar uma reunião; que mensagens transmitir, dependendo do lugar onde se esteja; como fazer uma boa avaliação de tarefas, etc. Realizavam-se, aí, estudos ou atividades de formação sobre as origens do sindicato, a diferença entre o sindicato pelego e o combativo, a estrutura sindical brasileira e os diferentes interesses de classes.

- Comitês de apoio à Chapa 2 – Coordenados pelas direções locais da Corrente, tendo como grupo de apoio os elementos da Correntona da Campanha, os comitês representaram um importante instrumento para a coordenação dos militantes e para evitar a dispersão de esforços. Foram realizados, pela equipe de intervenção educativa, treinamentos de Equipes de Coordenação de cada Comitê, onde, além das mensagens mais gerais sobre a estrutura de dominação da sociedade, faziam-se treinamentos bem práticos e essenciais aos lavradores sobre, por exemplo, como fazer uma quitação, como planejar as reuniões semanais do comitê, quais as respostas para situações eleitorais diferenciadas, como pregar um cartaz de modo a que fique difícil rasgá-lo, como manter a relação de sócios em condições de voto atualizada, etc.

- Reuniões semanais da Chapa 2 – Os membros da Chapa se encarregavam de coordenar a campanha nas suas áreas respectivas. Dessa forma, uma vez por semana era realizada a avaliação e o planejamento de novas tarefas, além de avaliar a conduta de cada membro e do encabeçador da chapa.

- Estudos e treinamento – Uma eleição sindical, do ponto de vista pedagógico, oferece variadas oportunidades para um crescimento em consciência e um acúmulo de informações por parte dos lavradores. O espaço para a sistematização e reflexão sobre o que se está aprendendo com a prática foi mantido pela equipe de educação. Criaram-se, assim, condições para que um treinamento de mesários servisse como motivo para a capacitação permanente de pessoas no sentido de dominar as informações básicas de como se desenrola um processo eleitoral sindical. As equipes de divulgação, mobilização, boca de urna, tiveram a oportunidade de conhecer outras experiências para levar a cabo com o máximo de proveito sua tarefa.

- Elaboração de material didático – Utilizaram-se vários folhetos de divulgação da chapa e também o jornal FARINHADA, para denúncias e mensagens da Corrente.

Em 1983 havia no sindicato um total de 181 trabalhadores "quites com as mensalidades. Em 1986, esse número havia aumentado para 1.200. O sindicato é, hoje, uma referência visível e positiva para os lavradores, já que a sua conquista foi conseguida com muita participação e esteve sempre articulada às suas lutas concretas e problemas do dia-a-dia. A existência de um espaço organizativo com a Corrente Sindical Lavradores Unidos foi fundamental para que isso acontecesse.

Depoimento

O Sindicato, seu sentido para o Trabalhador

"O Sindicato seria como um escudo para o trabalhador. A corrente sindical era simplesmente a oposição organizada, que se criou para conquistar o sindicato. Então, a categoria, depois que ganhou o Sindicato, começou a ter uma relação transformando o sindicato, na sua verdadeira casa na cidade. A casa dos trabalhadores na cidade. Hoje o sindicato é uma referência pública para os trabalhadores. Eles estão na sua casa todos os dias. Dias de sábado e domingo, que é o dia que mais o trabalhador vai na cidade. E

o sindicato é completamente cheio de trabalhadores. E mudou muito pra categoria, pros trabalhadores nesse sentido de ganhar o sindicato... Antigamente a única referência que existia era só simplesmente os politiqueiros grandes comerciantes. E que faziam o jogo, usando o trabalhador como massa de manobra. E simplesmente o trabalhador vivia assim como a folha sacudida pelo vento. Pra onde o vento batia, pra lá os trabalhadores iam... Hoje em Nova Timboteua existem duas referências centrais: a referência dos gran-

des, o prefeito com seus vereadores, e os comerciantes, fazendeiros, com sua ideologia, o seu jeito de explorar os trabalhadores; e do outro lado o sindicato com a sua organização, com seus militantes de base... E o sindicato hoje é praticamente o escudo da classe trabalhadora de Timboteua. Um escudo que tá usando para se proteger da manobra dos grandes."

Zacarias, Presidente do SRT

Contribuir para a socialização política dos camponeses

Maria Emília Lisboa Pacheco



Desafio para o educador

Esta é a reconstituição de uma história que deu certo. Porém não é uma experiência acabada. Ela é o momento de um processo mais amplo de organização, de lutas e de conquistas. Se alguns problemas foram satisfatoriamente enfrentados, surgiram para nós outros desafios de nova qualidade. A intervenção educativa é também um processo, onde os métodos de atuação se renovam e estão sempre sendo reavaliados e recriados.”

Assim se expressa a equipe da FASE ao introduzir o leitor no conhecimento de sua experiência como educadores populares junto aos camponeses de Nova Timboteua, no Estado do Pará. E é esta a idéia de processo que se nutre de questões, de dúvidas e incertezas, de rupturas com antigas idéias, de lacunas, em suma, de desafios progressivamente renovados que pretendo aqui resgatar.

Resgatar a idéia de processo

É uma história dentro da história, vista e até certo ponto vivida por quem, na condição de assessor, também se defrontou com desafios na busca de contribuições que pudessem alimentar o debate sobre a prática educativa da equipe local.

A análise que aqui farei apresenta-se com duas vertentes.

Na primeira parte do texto, retomarei principalmente questões teórico-metodológicas que foram sendo socializadas no bojo da experiência e que responderam a momentos de um repensar da prática. Algumas delas foram incorporadas aos resultados alcançados na sistematização que precede a este artigo, dando por isso mesmo erroneamente a idéia de linearidade do processo. Daí a importância de resgatá-las. Outras permanecem como desafio... Essas

questões referem-se à relação entre o conhecimento da realidade/categoria e a formulação das propostas de ação educativa.

Na segunda parte apenas sublinharei alguns aspectos da prática educativa no tocante à relação do processo organizativo com o processo de formação/capacitação das lideranças. Em suma, mostrarei como uma determinada concepção da relação entre organização e formação dos trabalhadores potencializa as lutas concretas e contribui para sua socialização política. Este é o aspecto político-educativo da experiência, uma vez que tem dado elementos "para o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar, para a elaboração da identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente, para apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações sociais e culturais".¹

Partindo da prática social

Entendo que em um trabalho de **intervenção social**, como se caracteriza o trabalho da FASE, trata-se de pensar uma ação planejada que visa fortalecer a capacidade de resistência e luta de uma determinada "população" para que realize seus interesses de classe. Ora, a concretização de tal perspectiva implica reconhecer que uma das condições e também instrumento de tal ação é a análise da realidade sob seus diversos ângulos.

Nunca é demais insistir na premissa de que a educação popular baseia-se na situação concreta de vida da "população" que se pretende atingir. Essa premissa de caráter genérico remete-nos, entretanto, em termos concretos à necessidade de procedermos de forma continuada à análise das questões sobre como se estrutura a economia local e regional, as relações básicas em que se assenta, as diferentes classes e interesses que a compõem, as políticas do Estado (projetos, etc.). Mas essa análise deve comportar também a multiplicidade de formas sob as quais se organiza o trabalho no campo, a percepção dos diferentes segmentos dos trabalhadores rurais sobre suas condições de vida e trabalho, o estágio organizativo dos movimentos, as lutas e experiências acumuladas pelos trabalhadores, etc.

Em outras palavras, **significa partir da PRÁTICA SOCIAL, baseando-nos em seus elementos ob-**

jetivos e subjetivos. "A prática social de um determinado grupo popular com o qual se trabalha não é uma realidade homogênea, nem estática. Está atravessada por contradições objetivas e subjetivas: contradições de classe, mecanismos de exploração e opressão, relações sociais e técnicas de produção, influência ideológica das classes dominantes, conhecimentos empíricos parcelados e não sistematizados, elementos alienantes, produto da dominação cultural, etc."²

O processo de conhecimento da realidade deve orientar-se no sentido de considerar os trabalhadores como sujeitos concretos e determinados por relações específicas. Não se trata, pois, de realizar pesquisas/levantamento "sobre", mas pesquisas/levantamento "para" subsidiar a elaboração de planos com vistas a determinados objetivos. Cabe, assim, evitar o risco no qual incorre muitas vezes o educador: na busca de compreensão de estruturas mais amplas e abrangentes termina-se por levar à dissolução ou não-incorporação dos sujeitos nas análises feitas.

É esta análise que vai permitir definir os planos de atuação.

1. GRZYBOWSKI, C. - "A resistência no campo", Caderno do CEAS, Salvador, nº 94, nov./dez., pp. 37/45.

2. Cf. JARA, Oscar - "Concepção dialética da educação popular", in CEPIS, Texto de Apoio nº 2, maio/85.

A proposta de trabalho elaborada pela equipe de educadores, em linhas gerais, está assentada sobre esta premissa.

A equipe parte de uma análise sobre as transformações em curso na região e, paralelamente, através do processo de discussão realizado com os trabalhadores a nível dos povoados e a nível da direção do movimento que vai se organizando, são definidas as reivindicações centrais para serem "as mensagens fundamentais da corrente a nível das respostas à exploração e aos exploradores, no sentido de fornecer conteúdo aos estímulos para os trabalhadores se organizarem"... Neste processo foram priorizados quatro aspectos da exploração e situação de vida: a questão da terra, a questão dos preços pagos pelos produtos, a questão da assistência médica e a atividade sindical.

CONTEÚDO DA ANÁLISE E PROPOSTA EDUCATIVA

Mas aqui coloca-se a primeira questão: **Qual o conteúdo da análise efetuada sobre a inserção dos pequenos produtores da área no processo produtivo? Como se colocava a correspondência entre esta análise e seus desdobramentos práticos em termos de propostas de organização e luta?**

A equipe não tinha, ao iniciar o seu trabalho, uma visão clara sobre o caráter de subordinação da pequena produção numa sociedade capitalista. Oscilava entre duas concepções: o reconhecimento da subordinação dos camponeses na área ao capital comercial e usurário e a suposição do caráter anticapitalista ou não-capitalista da pequena produção. Havia a percepção, embora confusa e difusa, de que, ao desenvolverem um trabalho junto a este segmento de trabalhadores, deveriam procurar "forjar relações que não viessem reforçar o capitalismo". A questão que se colocava então era a seguinte: Como criar novas relações que sejam embrionariamente a negação das atuais relações de produção? E concluíam dizendo que a luta pelo acesso ao crédito institucional (do qual encontra-se excluída a grande massa de produtores) era uma ilusão e só reforçaria as relações que pretendiam negar.

Esta visão acabava por nublar o caráter de subordinação da produção camponesa ao capital. Acabava por não reconhecer que, embora individualmente cada um dos comerciantes controle parcela pequena do circuito de comercialização e maneje um volume relativamente exíguo de recursos, no conjunto os pequenos e médios comerciantes viabilizam e operacionalizam a acumulação mercantil em larga escala. Atuando como agentes do capital comercial, são muitas vezes financiados por grandes comerciantes e pelo próprio sistema de financiamento institucional.

A proposta da organização de cantinas comunitárias insere-se neste debate e a partir dele vai se redefinindo.

Inicialmente como vimos, as cantinas são pensadas como retaguarda para o avanço organizativo com vistas à conquista do sindicato. **Mas paralelamente caracterizam-se como resistência econômica e resistência às formas de dominação política exercida pelos comerciantes.**

É inegável reconhecer o papel que essas cantinas tiveram no processo de luta sindical. E aqui combinam-se dois elementos que refletem a concepção metodológica da equipe: a relação do processo de lutas com o processo organizativo. Sobre este ângulo da análise vou discutir mais adiante. O outro aspecto diz respeito à preocupação com o desvendamento do caráter da relação social entre trabalhadores e comerciantes sem reduzi-la ao seu aspecto econômico, rompendo assim com uma visão economicista. É sobre este papel atribuído às cantinas que neste momento vou me deter.

Durante o processo de inserção (conhecimento da realidade/categoria de trabalhadores e aproximação da categoria através de ações concretas) a equipe reconhece que um dos canais importantes de dominação ideológica e política é a cadeia que se forma desde os comerciantes que estão no centro da cidade até os bodegueiros (pequenos comerciantes) de cada povoado que conseguem arregimentar ao seu redor a massa camponesa e influenciá-la nas eleições sindicais ou partidárias. As cantinas, diz a equipe, nasceram em cada povoado para, ao lado de sua função econômica, desestabilizar o poder político dos comerciantes frente à massa camponesa.





No campo brasileiro, domina uma prática patrimonial e das classes dominantes de descaracterização das relações sociais. Há um paternalismo autoritário e de caráter privado que marca as diferentes relações sociais. É comum, por exemplo, os trabalhadores assalariados (sobretudo em áreas de maior escassez de emprego) dizerem que "devem favor" ou "gratidão" ao patrão. Os parceiros e arrendatários consideram que é pela "ajuda" e a "boa vontade" do patrão que são "moradores da fazenda", e devem, portanto, "benefícios" ao patrão.³

Entre os camponeses submetidos à exploração do capital comercial e usurário, as relações se regem pelo princípio da "consideração". Fora do plano estritamente econômico, a "consideração" esperada se traduz no respeito e humildade frente ao "patrão" (que financia a produção), incluindo aí o apoio político. Podemos dizer que, na verdade, os trabalhadores muitas vezes orientam suas vidas pelas noções de "obrigações" e "favores" e não pela noção de "direitos". Isto representa o lado da interiorização, aceitação, reprodução e conformismo em relação à ideologia/cultura dominante. Numa sociedade na qual a cidadania constitui-se em um privilégio de classe, fazendo-a ser uma concessão regulada e periódica da classe dominante às demais classes sociais, uma sociedade na qual a luta de classes ainda é considerada como "caso de polícia" (como, por exemplo, nos conflitos de terra),⁴ essas concepções marcam profundamente a consciência popular.

Para os trabalhadores, as pequenas vantagens econômicas constituíram-se muitas vezes no fator principal de adesão à proposta. Para os educadores, este fator, que correspondia ao senso comum dos trabalhadores, não poderia ser ignorado. Deveria, no entanto, estar combinado com o fator político e ideológico que passa pela decodificação da percepção dos trabalhadores sobre sua relação com os comerciantes. Introduzir elementos de análise para avaliar o caráter desta relação fazia parte de suas tarefas.

REDEFINIÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PAPEL DAS CANTINAS

Mas é sobretudo a partir do final de 85 que se avança no processo de aprofundamento sobre o caráter da inserção destes pequenos produtores no sistema produtivo. Nesta região, como foi discutido na apresentação da experiência, predomina um setor de produção tradicional baseado no pequeno estabelecimento familiar (propriedade ou posse) subordinado ao capital comercial e usurário. Trata-se, pois, de um segmento de trabalhadores excluídos do processo de modernização da agricultura mas que representa também uma das faces do processo contínuo, heterogêneo, diversificado e contraditório assumido pelo desenvolvimento capitalista no campo brasileiro. Esta discussão refletiu-se na prática educativa, contribuindo para a reorientação da proposta das cantinas. A partir deste momento, elas passam também a constituir-se como espaço para o aprofundamento teórico-político das questões relativas à formulação de propostas alternativas à política agrícola vigente (crédito, extensão rural, armazenamento, etc.). Inicia-se também um trabalho no plano institucional do movimento, em um processo que articula as propostas mais localizadas e imediatas que já caracterizaram as cantinas (compra e venda conjunta) com propostas de enfrentamento/negociação com o Estado, para fazer face às demandas no plano da produção e comercialização.

E aqui reside a meu ver um aspecto inovador desta experiência: questionar o modelo agrícola, a modernização excludente.

Começa a ficar claro para as lideranças que o problema de sua pauperização crescente não se reduz às relações com os bodegueiros. Sua exclusão, sua marginalização é fruto de um processo de modernização conservadora impulsionado pelo Estado através de suas políticas, principalmente durante o regime autoritário.

Como nos diz Zacarias (atual presidente do sindicato): "(...) o trabalhador vivia e ainda vive muito ausente de discutir a política agrícola, discutir o porquê do seu sofrimento, o porquê do enfraquecimento da terra, o porquê dos grandes plantarem, e a gente não poder plantar. Mas hoje o sindicato começa a abrir discussão nesse sentido."

3. GRZYBOWSKI, C. - "Os Movimentos Sociais e o Processo de Organização dos Camponeses", em Revista do CEAS, nº 87, 1985.

4. Cf. CHAUI, M. - **Conformismo e Resistência**, São Paulo, Ed. Brasileira, 1986.

Experiências análogas têm sido desenvolvidas em outros lugares. Porém, muitas vezes seus objetivos restringem-se a constituir-se em apoio ao crescimento da participação na vida sindical, assim como para obter meios de sustentação financeira para a luta e organização.

Em outros casos, há também experiências que visam apenas à obtenção de pequenos ganhos econômicos para os grupos envolvidos sem questionar as estruturas mais amplas nas quais estão inseridos.

O movimento que vem brotando desta experiência em Nova Timboteua tem um sentido político que cabe resgatar aqui. **"Ele aponta para os dois lados da questão de uma ampla parcela de camponeses: para lutar contra sua exclusão, sua marginalização frente às políticas oficiais, devem lutar tanto por terra como por novas formas de integração na divisão social do trabalho e na economia como um todo."**⁵

PERMANECEM DESAFIOS

Dois grandes desafios colocam-se neste momento para a consolidação desta proposta. De um lado, a sua irradiação para outros municípios vizinhos que apresentam um quadro análogo ao quadro em Nova Timboteua. No curso da experiência, as próprias lideranças que vêm se formando começaram a estabelecer contatos com trabalhadores de outros municípios. Abre-se um novo caminho. E este caminho aponta para a necessidade de superar o quadro de isolamento e fragmentação das lutas que ocorrem na região, no sentido de que os trabalhadores adquiram cada vez mais força política de negociarem com as forças políticas internas e externas que afetam suas vidas. Este desafio ou esta necessidade de mudança associa-se ao outro. O sindicato dos trabalhadores rurais de Nova Timboteua está hoje filiado à CUT (Central Única dos Trabalhadores).

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará acaba de ser conquistada pela oposição sindical. Mas as propostas até agora veiculadas pelo movimento sindical estão muito marcadas pela priorização ou quase exclusivização da questão fundiária.

Como vimos, em Nova Timboteua, e seguramente em outros municípios dos Estados do Norte, os trabalhadores começam a colocar em foco a articulação entre as questões da política fundiária com as questões da política agrícola. A possibilidade do avanço destas lutas localizadas e sua articulação passam pela necessidade da formulação de propostas que dêem conta desta problemática dos trabalhadores excluídos e sua articulação para colocá-la em outro patamar.

PROBLEMA SENTIDO E NÃO INCORPORADO

Retomo agora, sob outro ângulo, a discussão sobre o processo de conhecimento da realidade/categoria e sua relação com a formulação de propostas educativas. Refiro-me aqui à existência de vários circuitos de mercado aos quais corresponde, mesmo que circunstancialmente, à configuração de interesses diferenciados por parte dos camponeses neles inseridos.



O levantamento feito pela equipe em Nova Timboteua no início da experiência, sobre os produtos cultivados pelos camponeses, assim como o processo pelo qual esta produção se realiza no mercado, privilegiava alguns produtos (milho, feijão, mandioca). Efetivamente estes se constituem nos principais produtos da lavoura camponesa da região. Sua comercialização é feita através dos pequenos e médios comerciantes locais. Envolve, pois, agentes sociais diferentes, como veremos, daqueles presentes na comercialização do algodão. O levantamento realizado não incorporava este produto. Embora cultivado por uma parcela minoritária dos camponeses, na qual se incluíam várias lideranças da Corrente Sindical, a magnitude dos problemas colocados não era desprezível.

Em 1985, estava em curso na região um projeto de estímulo ao cultivo deste produto. Tratava-se de um convênio firmado entre a SAGRI (Secretaria de Agricultura do Pará), EMATER, Algodoeira São Miguel e o Banco do Estado do Pará. Por este convênio, à SAGRI cabia a distribuição de insumos; o adubo era financiado pelo Banco do Estado; a EMATER selecionaria os cotonicultores e prestaria assistência técnica, enquanto a Algodoeira São Miguel doaria as sementes e comprometia-se a comprar o produto.

No momento em que a equipe começou a problematizar esta questão, vários camponeses, inclusive algumas lideranças da Corrente Sindical, já estavam espontaneamente procurando o presidente do sindicato, ao qual se opunham no plano político, para vender-lhe a produção.

5. GRZYBOWSKI, C. — Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo, Petrópolis, Ed. Vozes/FASE, 1987, pp. 46-47.

As cláusulas previstas no convênio estabelecido entre as entidades oficiais, unidades fabris e produtores não estavam sendo cumpridas: além dos preços encontrarem-se bem abaixo do previsto, a Algodoeira recusava-se a comprar toda a safra.

A necessidade premente de realizar a produção no mercado a fim de repor as condições de produção de um novo ciclo agrícola, a falta de condições de armazenamento dos fardos de algodão que se encontravam "estocados" precariamente no interior das próprias casas com o risco de incêndio, pressionavam os trabalhadores a buscar alternativas de comercialização.

Não se pode negar que este não era e não é um problema enfrentado pelo conjunto dos trabalhadores de Nova Timboteua. Mas é preciso reconhecer que o processo de organização é condição e, ao mesmo tempo, resultado do processo de lutas em que os trabalhadores questionam a estrutura de relações, as práticas de exploração e as formas de dominação existentes no campo... É fundamental pensar nas reivindicações comuns, porém é preciso reconhecer que, conjunturalmente, uma determinada reivindicação de uma parcela pode vir a sobrepor-se e possibilitar o desencadeamento de outras lutas.

Ao buscar espontaneamente a alternativa de venda da produção ao presidente do sindicato que atuava no momento como intermediário, não estava em jogo apenas uma operação econômica. A concretização de tal proposta poderia acabar legitimando o opositor e repercutindo no processo organizativo em curso, criando impasses políticos. Esta contradição foi entendida e posteriormente resolvida no debate de outras alternativas com o próprio grupo de produtores.

Por outro lado, também, o tratamento da questão relativa à comercialização do algodão poderia ter trazido à tona problemas relativos à política agrícola, à relação do campesinato com o Estado, entre outras, e isto significa, a partir da prática, avançar em consciência e organização.

E A RELAÇÃO COM O ESTADO?

Há uma questão que perpassa este debate e a ausência de sua problematização, especialmente nas etapas iniciais do trabalho, já terá seguramente chamado a atenção do leitor. Refiro-me aqui à relação do movimento com o Estado.

Ao reforçar a idéia de autonomia dos movimentos populares, o que é correto a meu ver, a equipe de educadores, no entanto, trabalhava mal esta relação. Prevalencia uma concepção de exterioridade das lutas populares em relação ao Estado. **A equipe não incluía em sua análise a compreensão de que, desenvolvendo-se à margem da política institucional, os movimentos perdem a capacidade de avaliar**

o impacto de suas reivindicações na relação de confronto/negociação com o Estado e portanto de medir as forças reais do movimento.

"Ora, como a conquista de reivindicações (demandas econômicas e sociais) é essencial para o acúmulo de experiências e força desses movimentos, a sua ausência da política e a sua recusa de "trabalhar" o plano institucional acabam se convertendo em um reforço à sua própria descon-tinuidade."⁶

Esta discussão ganha contornos mais nítidos ao tomarmos como referência o tratamento que era dado pela equipe em relação a uma das únicas instituições do Estado presente na área – a EMATER. Guiados pela constatação de que a EMATER veiculava na região uma política de apoio às iniciativas comunitárias procurando dividir e controlar a organização dos trabalhadores, cooptando-os, os educadores mantiveram-se durante algum tempo numa posição de ignorar a presença desta instituição. Enquanto isso, as próprias lideranças da Corrente Sindical participavam de programas implementados pela EMATER como, por exemplo, os treinamentos de campo sobre tração animal. Mas tal conduta não era devidamente problematizada. Nem se investia no sentido de obter maiores informações sobre o caráter dos projetos concretamente desenvolvidos, nem se buscava detectar junto aos próprios trabalhadores, sobretudo as lideranças, sua concepção e expectativa em relação a estas iniciativas das quais participava, para que se avançasse na formulação de propostas que atendessem aos seus interesses de classe.

É certo que desde a sua implantação no Brasil, a extensão rural tem visado ao aumento da produção e da produtividade agrícola, um projeto educativo, pois que "faz" o trabalhador para os interesses do capital, que o reeduca para novas relações sociais. É certo ainda que, em geral, os técnicos da EMATER, na relação que estabelecem com os camponeses, acabam por impor um saber tecnológico que não contribui para gerar práticas que potencializem a produção camponesa e fortaleçam sua inserção nas relações sociais das quais fazem parte. Mas, **"procurando ver a educação veiculada pelas instituições públicas unicamente como sendo discriminatória e cumprindo uma função de transmissão de ideologia das classes dominantes, obscurece-se a importância política tanto da luta para que o Estado assegure a educação como da luta pelo controle, pelos trabalhadores, do espaço que se cria no interior das instituições educacionais das quais participam"**.⁷

6. Cf. MOISÉS, J. Álvaro – "Sociedade civil, cultura política e democracia: descaminhos da transição política em a cidadania que não temos", COVRE, M. de Lourdes (org.), Editora Brasiliense, São Paulo, 1986.

7. Cf. PAIVA, V. – "Estado e educação popular: recolocando o problema", em Brandão, C.R. (org.), **A Questão Política da Educação Popular**, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1980, pp. 79/87.

Os eventos recentes que vêm contando com ampla representação de trabalhadores, como o IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais da CONTAG, Congressos Nacionais dos Trabalhadores Sem Terra, Encontro Nacional dos Agricultores Assentados, assim como encontro de caráter regional de que é exemplo o encontro Regional de Tecnologia Alternativa em Montes Claros/M.G., têm se posicionado a respeito da assistência técnica. **As propostas formuladas são, em geral, no sentido da adequação da assistência técnica aos interesses de classe do trabalhador rural e na ampliação do seu poder de controle sobre o trabalho dos técnicos.**⁸

Concepção organizativa

A experiência busca desde o seu início a articulação das várias dimensões da vida social, política e econômica dos camponeses, traduzindo-as em ações concretas de luta. As lutas não são pensadas como decorrência da conquista do sindicato. Entende-se que o caráter combativo do sindicato será resultado das ações coletivas de resistência, das lutas que respondam aos interesses de classe imediatos dos camponeses. O crescimento da organização e da consciência são processos pensados a partir desta perspectiva e é aí que ganham sentido as várias atividades educativas realizadas.

Esta concepção marca, a meu ver, as particularidades desta experiência.

Mas que elementos da prática educativa potencializaram o avanço do processo organizativo dos camponeses na área?

INTERVENÇÃO EDUCATIVA EM VÁRIOS NÍVEIS

A própria equipe nos diz que a dinâmica da intervenção em níveis diferenciados (direção, base e massa), sempre renovada, foi a base da sobrevivência, sustentação e ampliação da experiência da Corrente Sindical. Este é um dos aspectos metodológicos que procurarei resgatar, pois aí reside, a meu ver, uma contribuição prática para o debate sobre a construção de um sindicalismo de massa e combativo.

Concordo com Régis de Andrade, quando diz que a explicação para a fragilidade dos sindicatos deve ser buscada não apenas em fatores estruturais, mas também em fatores internos ao movimento. Embora estejam em curso hoje propostas de mudanças na estrutura sindical, o comportamento do movimento sindical tende a reproduzir o quadro de subordinação em que vive ao mesmo tempo que procura opor-se a ele. **O movimento sindical move-se ainda num**

A concretização destas propostas, no sentido da "maior presença dos trabalhadores rurais nas práticas educacionais de extensão e formação profissional, depende, de um lado, do espaço que conquistarem no interior das instituições promotoras, pela força de suas organizações. De outro lado, depende das possibilidades de conceber um projeto alternativo de educação e formação técnica."⁹

Esta é a discussão que hoje se desenvolve no interior do movimento dos trabalhadores em Nova Timboteua a partir dos novos projetos econômicos que começam a ser desenvolvidos.

quadro profundamente institucionalizado e os seus membros comportam-se institucionalmente. "A garantia legal de representação exclusiva dos trabalhadores pelo Ministério do Trabalho, por exemplo, independentemente do apoio efetivo das bases, acaba por fazer que os sindicatos funcionem como condutos burocráticos pelos quais acabam passando os movimentos, onde quer que tenham nascido e quaisquer que sejam suas lideranças reais, permitindo aos dirigentes oficialmente reconhecidos usufruírem de um poder não desprezível de influir sobre eles."¹⁰

A luta contra o atrelamento sindical, por uma nova estrutura sindical, passa também, a meu ver, pelo exercício de práticas políticas que busquem a democratização desta entidade de classe, e a superação de características de comportamento autoritário, centralizador, tão comuns no interior dos sindicatos.

Não se pode ignorar que esta é uma sociedade na qual "as diferenças e assimetrias sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades, e estas em relações de hierarquia, mando e obediência (situação que vai da família ao Estado, atravessa as instituições públicas e privadas, permeia a cultura e as relações interpessoais). Os indivíduos se distribuem imediatamente em superiores e inferiores, ainda que alguém superior numa relação possa tornar-se inferior em outra, dependendo dos códigos de hierarquização que regem as relações sociais e pessoais."¹¹

No campo, face à situação de isolamento cultural, opressão e violência e alienação política dos trabalhadores, observa-se freqüentemente esta centralização de poderes. **Daí a importância deste aprendi-**

8. Cf. Revista PROPOSTA nº 27, "Reivindicações dos trabalhadores rurais: alternativas tecnológicas para a pequena propriedade", pp. 64/72.

9. Cf. GRZYBOWSKI, C. - "Trabalhadores rurais e educação", em **A Mão-de-obra Volante na Agricultura**, UNESP, 1982, CNPq/INESP/POLIS, p. 319.

10. ANDRADE, Régis de Castro - "Por que os sindicatos são fracos no Brasil?", rev. **Lua Nova**, CEDEC, nº 1, 1984, p. 58.

11. CHAUÍ, M. - **Conformismo e Resistência**, op. cit., p. 54.

zado prático de como se unir e organizar, estimulando a ampla participação e a tomada de decisões e o surgimento de novas lideranças.

Mas este processo cairia no vazio se não estivesse ancorado no trabalho de formação e capacitação das lideranças que foi marcado por uma dupla perspectiva: contribuir na construção de um saber instrumento de luta e exercitar a capacidade de direção.

UM SABER INSTRUMENTO DE LUTA

Para as classes dominadas, a sua realidade vivida é a realidade da dominação que ela sofre, mas que só passa a ser realidade na sua consciência em fases avançadas de sua formação como classe. Embora o seu cotidiano seja de dominação, a própria dominação não se mostra, mas se exerce através de mecanismos do trabalho mas também das ideologias.¹² Consideramos a ideologia aqui como campo de luta, como uma realidade ativa e operante e também como lugar onde os homens tomam consciência de si e de outros. **E um dos significados da educação popular reside exatamente na contribuição que pode dar para a apropriação de um determinado saber, uma determinada visão de mundo que identifica e unifica uma classe social e lhe dá elementos para desvendar o caráter das relações sociais nas quais está inserida.**

Como exemplo na experiência de Nova Timboteua, incluem-se as discussões e estudos em que, partindo dos problemas imediatos colocados a nível da produção e comercialização dos camponeses, busca-se a teorização sobre eles (modelo da política agrícola vigente, caráter contraditório da mentalidade camponesa sobre sua relação com os agentes de comercialização, etc.), para se chegar à compreensão das causas dos problemas e retornar à prática para elaborar propostas de ação.

Esta sistemática foi introduzida nas diferentes frentes de luta: luta sindical e luta pela sindicalização das mulheres, luta pela terra e, mais recentemente, em relação à luta por melhores condições de saúde.

EXERCITAR A CAPACIDADE DE DIREÇÃO

Mas, como disse acima, a capacitação das lideranças também esteve ancorada numa visão da educação enquanto prática de exercício da capacidade de direção.

Embora a capacidade de gerir, orientar, discutir, organizar, dirigir seja primordialmente adquirida através da prática política, ela deve ser estimulada em di-

ferentes níveis de atuação, pois "exige um certo treino específico, em geral espontaneamente estimulado nas famílias das classes dominantes, o que não ocorre entre as classes populares, socializadas para serem submissas e aceitarem a submissão."¹³ Isto fica principalmente claro quando a equipe discute o trabalho realizado com o núcleo de direção das mulheres.

Foram adotados alguns procedimentos para favorecer o treino de certas habilidades (como, por exemplo: organizar e orientar debates, coletar e sistematizar informações, etc.), articulando-os com as próprias exigências para o avanço do movimento. O treinamento para o desempenho de tarefas – tais como: levantamento do quadro de associados do sindicato, para a administração das cantinas comunitárias, etc. – inseriu-se nesta perspectiva da educação popular como prática autônoma e de preparação de "quadros multiplicadores" do trabalho junto aos camponeses.

Concluindo, é possível afirmar que os trabalhadores rurais de Nova Timboteua, através de seu movimento, começam a ampliar sua presença na arena política e impor, face às forças sociais dominantes da região, o reconhecimento de sua existência e de sua cidadania.

A vitória da oposição sindical, o reconhecimento social e legal das mulheres trabalhadoras, as ocupações de terra, a contestação ainda que embrionária do modelo agrícola vigente apontam para novas formas de organização e participação. Está em curso um processo de socialização política dos trabalhadores.



12. Cf. LIMOIRO, Miriam – "A ideologia como problema teórico", em **Ideologia de Desenvolvimento – Brasil: JQ-JK**, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1977, p. 66.

13. Cf. MANFREDI, S. – "A educação popular no Brasil: uma releitura a partir de Antônio Gramsci", em **A Questão Política da Educação Popular**, op. cit., p. 58.

 FASE
A SERVIÇO DA
EDUCAÇÃO POPULAR

Centro de Documentação da FASE

Aberto aos pesquisadores de 8:00h às 12:00h e
13:00h às 17:00h.

Milhares de documentos sobre:

- Sindicalismo rural e urbano
- Educação popular
- Trabalhador rural e urbano
 - Constituinte
 - Reforma Agrária
 - Saúde Popular...

Mais um serviço da FASE aos movimentos populares.

Endereço:
Rua das Palmeiras, 90 – Botafogo
22270 – Tel.: 286-6797

Proposta 27 – Nov/85 (3ª edição).

Tecnologias Alternativas na Agricultura

“A agricultura alternativa não repudia a ciência, mas pede-lhe que busque as formas pelas quais o próprio meio rural pode fornecer a base técnica essencial do desenvolvimento agrário”.



Proposta 31 – Outubro/86.

Lavrador em Luta por sua Sobrevivência

“Experiências de pequenos produtores rurais na área de produção, comercialização e consumo.”

Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo

Através dos movimentos, os trabalhadores rurais elaboram as suas diferentes identidades sociais, ampliam a sua presença na área política e impõem para a sociedade o reconhecimento de sua existência e de sua cidadania.

Cândido Grzybowski

Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo



MUTIRÃO HABITACIONAL:
ALTERNATIVA POPULAR EM SÃO PAULO

Nos últimos anos da ditadura, em plena recessão econômica, enquanto grande parte dos trabalhadores e populações periféricas enfrentava a falta de moradias, vivendo em condições subhumanas, moradores das periferias e favelas de São Paulo organizaram-se para a ocupação de terrenos ociosos, que se valorizavam com a especulação urbana.

Apesar da repressão, os movimentos pró-moradia conseguiram negociar com a prefeitura a desapropriação dos terrenos e o financiamento para a compra de materiais de construção, dando início aos mutirões populares. Estes foram organizados com base na autogestão e ajuda mútua; as deliberações resultando de um processo de experiências e reflexões coletivas e democráticas.

Mas, não se trata apenas de um processo de organização de massas. Os mutirantes desenvolveram técnicas e processos de construção a baixo custo, que demonstram ser possível forjar uma alternativa para os problemas habitacionais, rompendo com a especulação imobiliária e com a alienação das massas.

Pretendemos, com este número da Revista Proposta, iniciar um processo de reflexão mais sistemático sobre este tema a partir de efetivas conquistas populares como os mutirões habitacionais.